

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	3
5.3 - Descrição - Controles Internos	6
5.4 - Alterações significativas	10
5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	11

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	12
10.2 - Resultado operacional e financeiro	36
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	39
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	41
10.5 - Políticas contábeis críticas	43
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	47
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	48
10.8 - Plano de Negócios	49
10.9 - Outros fatores com influência relevante	52

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos**5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos****5.1 Em relação aos riscos indicados no item 4.1, informar:**

a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso de negativo, as razões pelas quais a Companhia não adotou uma política.

A Companhia não possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos operacionais, porém é apoiada pelos processos de gestão financeira e pelo Comitê de Finanças e Risco, criado em novembro de 2016.

A Companhia tem como prática monitorar constantemente as mudanças de cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar suas atividades, por meio de acompanhamento dos principais indicadores de desempenho e sua matriz de risco. A Companhia analisa os riscos aos quais está exposta e que possam afetar seus negócios, situação financeira e os resultados de suas operações.

A Companhia não formalizou uma política geral de gerenciamento de riscos, por entender que as práticas por ela adotadas são suficientes para lidar com os riscos a que está exposta. A Companhia tem intenção de elaborar uma política de gerenciamento de risco até o final do ano de 2017.

A Companhia possui uma política de gerenciamento de riscos financeiros, aprovada pela Diretoria, em conformidade com as boas práticas e coerente com os padrões definidos por órgãos reguladores do Brasil e exterior. Esta política descreve a filosofia de proteção de riscos financeiros da empresa e estabelece suas diretrizes.

Ao implantar e praticar esta Política, visamos assegurar:

- i) A gestão proativa e contínua dos riscos, por meio de antecipação e, quando necessária, pela proteção de cenários desfavoráveis, de forma a proteger os resultados e o patrimônio da Mills;
- ii) A consideração do retorno das aplicações financeiras ponderado pelo risco associado nas análises das estratégias da Mills;
- iii) Preservação permanente da saúde financeira da Mills;
- iv) Proteção dos resultados e dos patrimônio da Mills contra o não cumprimento de obrigações contratadas com contrapartes;
- v) A melhoria contínua das avaliações da Mills por parte de investidores, credores, e agências de rating, devido às nossas práticas financeiras conservadoras e gestão de risco;
- vi) A eficiência e eficácia na proteção de exposição ao risco, através de contratação de instrumentos financeiros ou da observação da existência de proteções ("hedges") naturais e das correlações entre os preços de diferentes ativos e mercados;
- vii) A avaliação da efetividade e apresentação ao Conselho de Administração anualmente.

b. Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

(i) os riscos para os quais se busca proteção

As práticas de gerenciamento de riscos adotadas pela Companhia buscam proteção quanto aos riscos informados no item 4.1 deste Formulário de Referência.

(ii) os instrumentos utilizados para proteção

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Os instrumentos de proteção utilizados são essencialmente os descritos no item “a” acima e no item “iii” abaixo.

(iii) a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

As políticas e procedimentos de controle de riscos são definidos diretamente pelo Conselho de Administração e implementados pela Diretoria Financeira. Ao Conselho de Administração também cabe fiscalizar o cumprimento das referidas práticas.

O Conselho de Administração acompanha os assuntos de Gestão de Riscos, diretamente por relatórios disponibilizados pela Administração da Companhia, ou por meio de seus Comitês compostos por membros do Conselho, sendo estes: Comitê de Finanças e Risco e Comitê de Gente e Gestão.

Para assegurar o alinhamento e a uniformidade dos padrões éticos e morais que a Mills acredita serem importantes para suas atividades, o Conselho de Administração aprovou, em maio de 2015, o Código de Conduta da Mills, que deve guiar as atitudes e comportamentos de todos os colaboradores. Todos os colaboradores foram treinados sobre o novo Código de Conduta e assinando o seu termo de adesão após seu treinamento.

Com o objetivo de fortalecer a ética e combater as fraudes nas atividades da Companhia, foi lançado em 2015 o programa Fale Abertamente, que consiste em um canal de denúncias administrado por uma empresa especializada e pode ser utilizado por todos os colaboradores para denunciar situações antiéticas e/ou ilegais de maneira confidencial e anônima. Todos os relatos são apurados e direcionados de acordo com as políticas internas e a legislação vigente. A Companhia também tem disponível um canal de comunicação para o público externo esclarecer dúvidas, críticas, sugestões e denúncias.

Em novembro de 2016 foram criados os Comitês de Finanças e Risco e de Gente e Gestão, com a finalidade de tornar a atuação do Conselho de Administração mais eficiente, potencializando as discussões pertinentes com recomendações fundamentadas, auxiliando no desempenho de suas funções legais e estatutárias.

O Comitê de Finanças e Riscos, enquanto órgão consultivo, tem por finalidade tornar a atuação do Conselho mais técnica e eficiente, potencializando as discussões pertinentes com recomendações fundamentadas, emitindo recomendações ao Conselho sobre riscos e estratégias a serem adotadas pela Companhia, acompanhando a execução do orçamento do exercício e auxiliando no desempenho das funções legais e estatutárias do Conselho. O Comitê de Finanças e Risco acompanha a matriz de risco elaborada pela Companhia.

O Comitê de Gente e Gestão, enquanto órgão consultivo, tem por finalidade: (i) elaborar, revisar regularmente e aprimorar as políticas de recursos humanos e de gestão de pessoas, (ii) recomendar os critérios gerais de remuneração e as políticas de benefícios dos funcionários e administradores da Companhia e de sociedades controladas, direta ou indiretamente (se for o caso); e (iii) auxiliar o Conselho de Administração no exercício das suas atribuições.

c. A adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

Atualmente, a Companhia não adota política de gerenciamento de riscos formal e tampouco estrutura organizacional ou sistemas de controle interno voltados especificamente à verificação do gerenciamento dos riscos apontados anteriormente, pois entende que as práticas por ela adotadas são suficientes para lidar com os riscos a que está exposta.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2015 e 2016, os pareceres dos auditores independentes não identificaram qualquer deficiência relevante nos referidos controles.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**5.2 Em relação aos riscos de mercado indicados no item 4.2, informar:**

a. Se a Companhia possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia não formalizou uma política de gerenciamento de riscos de mercado, por entender que as práticas por ela adotadas são suficientes para lidar com os riscos a que está exposta.

A gestão de risco é realizada pela Diretoria Financeira, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração, quando for o caso. A Diretoria Financeira identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia. A Diretoria Financeira estabelece princípios, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não-derivativos e investimento de excedentes de caixa.

A Administração tem a responsabilidade sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. O Conselho de Administração acompanha o Gerenciamento de Risco, por meio do Comitê de Finanças e Riscos ou diretamente através de reportes da Alta Administração da Companhia, que é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco.

O Comitê de Finanças e Riscos tem como parte relevante de seu escopo de atuação a análise de riscos dos seguintes pontos: nível de alavancagem, política de dividendos, compra/venda de valores mobiliários de emissão da Companhia e investimentos.

b. Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:

(i) os riscos de mercado para os quais se busca proteção

Conforme informado no item 4.2 deste Formulário de Referência, as atividades da Companhia a expõem a diversos riscos de mercado, incluindo riscos de taxa de juros e atualização monetária, risco de crédito, risco cambial e risco de liquidez. O programa de gestão de risco se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. Em especial, a Companhia busca proteção em relação aos riscos de variação nas taxas de câmbio e juros.

(ii) a estratégia de proteção patrimonial (*hedge*)

Com o objetivo de proteger o patrimônio à exposição de compromissos assumidos em moeda estrangeira, a Companhia desenvolveu sua estratégia para mitigar tal risco de mercado. A estratégia, quando aplicada, é realizada para reduzir a volatilidade do fluxo de caixa desejável, ou seja, a manutenção do desembolso do recurso planejado.

A Mills acredita que o gerenciamento de tais riscos é primordial para apoiar sua estratégia de crescimento sem que possíveis perdas financeiras reduzam o seu resultado operacional, visto que a Companhia não almeja obter ganhos financeiros através do uso de derivativos. A gestão dos riscos em moeda estrangeira é feita pela Gerência e Diretoria Financeiras, que avaliam as possíveis exposições a riscos e estabelecem diretrizes para medir, monitorar e gerenciar o risco relacionado às atividades da Companhia.

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos locais e no exterior para gerenciar riscos relacionados às alterações nas taxas de câmbio e juros. De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os contratos de derivativos serão lançados no balanço patrimonial com base no valor justo de mercado reconhecido nos demonstrativos de receitas, exceto nos casos em que critérios específicos de *hedge* sejam preenchidos. As estimativas de valor de mercado serão realizadas em uma data específica, geralmente baseados em cotações de mercado (*mark-to-market*).

(iii) os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

A Companhia contrata operações de derivativos, normalmente *swaps* e NDF (*Non Deliverable Forwards*), com instituições financeiras de primeira linha (rating de risco de crédito brAAA - escala nacional, Standard & Poor's ou similar), para garantir o valor comercial acordado no momento do pedido do bem a ser importado.

Da mesma forma, contratos de *swaps* ou NDFs, devem ser contratados, para garantir o fluxo de pagamentos (amortização de principal e juros) de financiamentos em moeda estrangeira. Conforme o estatuto da Companhia, qualquer contrato ou assunção de obrigação cujo montante exceda R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) deve ser aprovado pelo Conselho de Administração, salvo se previsto no Plano de Negócios. Para valores inferiores a R\$100.000,00 (cem mil reais), com prazo inferior a 90 dias, não se faz necessário a contratação de operações de *hedge*. Os demais compromissos devem ser protegidos contra a exposição cambial.

As operações de *swaps* e NDFs são realizadas para converter para reais os compromissos financeiros futuros em moeda estrangeira. No momento da contratação dessas operações a Companhia minimiza o risco cambial igualando tanto o valor do compromisso quanto o período de exposição. O custo da contratação do derivativo está atrelado à taxa de juros, normalmente ao percentual do CDI (certificado de depósito interbancário). Os *swaps* e NDFs com vencimento inferior ou posterior ao vencimento final dos compromissos podem, ao longo do tempo, serem renegociados de forma que seus vencimentos finais se igualem - ou se aproximem - do vencimento final do compromisso. Sendo assim, na data de liquidação, o resultado do *swap* e do NDF poderão compensar parte do impacto da variação cambial da moeda estrangeira frente ao real, contribuindo para estabilizar o fluxo de caixa.

Os instrumentos derivativos são contratados pela Companhia para determinadas importações de equipamentos, no intervalo entre a colocação dos pedidos e a correspondente nacionalização, contra riscos de flutuação na taxa de câmbio, os quais não são utilizados para fins especulativos.

(iv) os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Quanto ao risco cambial, a Companhia tem por política não ficar exposta a qualquer compromisso em moeda estrangeira. Quanto ao risco de taxa de juros, a Companhia tem como política fazer suas operações com taxas pós-fixadas, pois suas receitas também crescem em função da inflação. A Companhia não dispõe de meios de proteção contra o risco de descasamento momentâneo provocado pela inflação entre as receitas e custos da Companhia.

Ressalta-se que o cálculo da posição mensal dos derivativos contratados é feito conforme a metodologia do valor justo, e são avaliados calculando o seu valor presente por meio da utilização de taxas de mercado que são impactadas nas datas de cada apuração. Essa metodologia, amplamente empregada, pode apresentar distorções mensais em relação à curva do derivativo contratado, entretanto, a Companhia acredita que essa metodologia é a melhor a ser aplicada, pois mensura o risco financeiro caso seja necessário a liquidação antecipada do derivativo.

O monitoramento dos compromissos assumidos e a avaliação mensal do valor justo dos derivativos permitem acompanhar os resultados financeiros e o impacto no fluxo de caixa, bem como, garantir que os objetivos inicialmente planejados sejam atingidos. O cálculo do valor justo das posições é disponibilizado mensalmente para o acompanhamento gerencial.

A Companhia comprova a efetividade desses instrumentos com base na metodologia "Dollar offset", que é comumente utilizada por participantes do mercado de derivativos. Tal metodologia consiste em comparar o valor presente, líquido de exposições futuras em moeda estrangeira, de compromissos assumidos pela Companhia, com derivativos contratados para tal proteção cambial.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, não houve ineficiência reconhecida no resultado decorrente das operações de *hedge* da Companhia.

Haja vista o fato de que a Companhia comprova a efetividade das operações de *hedge accounting* realizadas, as perdas e os ganhos verificados nessas operações de derivativos são reconhecidas em contrapartida dos bens *hedgedados* (ativo imobilizado) como parte do custo inicial do bem no mesmo momento da contabilização do ativo. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o montante de R\$0 (em 31 de dezembro de 2015, R\$244) foi transferido do patrimônio líquido e deduzido no custo inicial dos

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

equipamentos. Em 31 de dezembro de 2016, não havia ganhos ou perdas não realizadas em derivativos usados com *hedge*.

A provisão para as perdas não realizadas é reconhecida na conta de outros passivos, no balanço patrimonial, em contrapartida da conta de ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

(v) se a Companhia opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*) e quais são esses objetivos

A Companhia opera instrumentos financeiros com o objetivo de manter o valor dos equipamentos importados e, conseqüentemente com valor em moeda estrangeira, em reais, exclusivamente para fins de proteção patrimonial (*hedge*).

A Companhia tem como política não participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos.

(vi) a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

As políticas e os procedimentos de controle de riscos são definidos diretamente pelo Conselho de Administração e implementados pela Diretoria Financeira. Ao Conselho de Administração também cabe fiscalizar o cumprimento das referidas práticas.

Ressalta-se que todos os contratos com possíveis cláusulas de instrumentos derivativos ou títulos e valores mobiliários a serem realizados são avaliados pela Gerência Financeira em conjunto com a equipe jurídica, antes das assinaturas, para que haja orientação a respeito da realização eventual dos testes de efetividade, estabelecimento da política contábil a ser adotada e da metodologia para cálculo do valor justo. A Companhia atualmente não detém contratos com derivativos embutidos em aberto.

c. A adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

Atualmente, a Companhia não adota estrutura organizacional ou sistemas de controle interno voltados especificamente à verificação do gerenciamento dos riscos apontados anteriormente, pois entende que as práticas por ela adotadas são suficientes para lidar com os riscos a que está exposta. No entanto, futuramente a Companhia implementará políticas específicas para gerenciamento de riscos.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2015 e 2016, os pareceres dos auditores independentes não identificaram qualquer deficiência dos referidos controles.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3 Em relação aos controles adotados pela Companhia para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

a. As principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las.

A Administração da Companhia julga que os seus controles internos e políticas comerciais, operacionais, financeiras, contábeis e fiscais e de recursos humanos, sejam adequados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis.

b. As estruturas organizacionais envolvidas.

As demonstrações financeiras são elaboradas por uma área pertencente à Diretoria Administrativa Financeira e Relações com Investidores. As informações são revisadas pelo gestor da área, gerência de Planejamento Financeiro e pelo Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores, Presidente, Comitê de Finanças e Risco, Conselho de Administração e pelo Conselho Fiscal, além de serem submetidas ao processo de auditoria independente.

Assim, a Companhia acredita que divulga ao mercado informações confiáveis, consistentes e tempestivas.

Todas as estruturas organizacionais da Companhia estão envolvidas nas práticas dos controles internos, sejam as Unidades de Negócio sejam as áreas de apoio ao negócio.

c. Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento.

A eficiência dos controles internos é supervisionada pela Administração constantemente e revisada pelo menos uma vez por ano pela Diretoria e Conselho de Administração, por ocasião da emissão da Comunicação de Deficiências de Controles Internos por parte dos Auditores Independentes.

d. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente.

Dentre os comentários de natureza contábil e de divulgação, o auditor independente da Companhia apontou as deficiências significativas que se descrevem abaixo.

1. Avaliação dos impactos dos novos pronunciamentos – IFRS 9; IFRS 15 e IFRS 16

Situação observada

Verificamos que a Administração ainda não concluiu a avaliação inicial dos possíveis impactos nas demonstrações financeiras relacionados à adoção dos novos pronunciamentos contábeis:

<u>Norma:</u>	<u>eficiência a partir de:</u>
RS 9 (CPC 48) – Instrumentos Financeiros	Janeiro de 2018
RS 15 (CPC 47) – Receita de Contratos com clientes	Janeiro de 2018
RS 16 – Arrendamentos	Janeiro de 2019

Recomendação

Recomendamos que a Administração da Companhia efetue a avaliação inicial do potencial impacto da adoção dos novos pronunciamentos em suas demonstrações financeiras. Essa avaliação já deve ser divulgada em nota explicativa das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

Possíveis efeitos

Impactos contábeis e na divulgação das demonstrações financeiras, além da implementação ou revisão de controles para adequação e atendimento aos requerimentos previstos nas novas normas a serem adotadas (IFRS 9; IFRS 15 e IFRS 16).

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

2. Avaliação dos clientes inadimplentes e ativos sem perspectivas de retorno à companhia

Situação observada

Efetuamos uma análise sobre o parecer legal de um escritório de advocacia que nos foi disponibilizado pela administração referente a receita não contabilizada dos clientes que a Companhia não tem a expectativa de recebimento desses valores e identificamos as seguintes constatações:

a) Um montante de R\$ 2.596 mil referente aos equipamentos que permanecem nos clientes e não há perspectiva de retorno à Companhia ou provisão para perda constituída;

b) Não recebemos os seguintes contratos assinados

- 3000003053 (Consortio Andrade Valladares)
- 3000003068 Consortio Andrade Valladares)
- 4000000557 (Consortio Alusa-Cbm)
- 4000001456 (Consortio UFN III)

Recomendação

Uma vez que não é possível efetuar a interrupção do desenvolvimento das atividades desses imobilizado devido aos altos custos de desmobilização ou impossibilidade de remoção dos equipamentos, a Companhia deve continuar as ações de cobrança e negociações para devolução desses equipamentos e avaliar a constituição de provisão para perda desses ativos.

a) Recomendamos que a Companhia realize a devida formalização dos contratos e continue as ações de cobrança para recuperação dos valores já faturados.

Possíveis efeitos

Distorção nas demonstrações financeiras dado a possível constituição de provisão para perda referente aos ativos que estão em terceiros e sem previsão de retorno e aumento da provisão para crédito de liquidação duvidosa em relação ao contas a receber já reconhecido e que ainda não atenderam os critérios para provisionamento ou que estão em processo de negociação.

3. Ausência de controle dos equipamentos que estão em demonstração com clientes

Situação observada

A Companhia possui como política a realização de contratos com terceiros para demonstração de seus equipamentos sem a cobrança do valor de locação desses equipamentos ou obrigação de compra ao término do contrato. Nesse período esses ativos são transferidos do ativo imobilizados e registrados em uma conta contábil denominada "outros ativos" ("11701009 – Bens para demonstração")

Verificamos que a Companhia realizou a remessa de equipamento para o cliente "Seara Alimentos Ltda" no dia 24/02/2016 com previsão de retorno em 30 dias, porém até a conclusão dos nossos procedimentos de auditoria o equipamento ainda não havia retornado para a Companhia.

Recomendação

Implementação de controles para monitoramento e ações de cobrança para devolução dos equipamentos à Companhia, de acordo com vencimento do contrato de demonstração.

Assegurar que todos os equipamentos em demonstração possuem contratos devidamente firmados.

Possíveis efeitos

Enquanto um equipamento está em demonstração ele está impossibilitado de gerar receita para Companhia, uma vez que não pode ser locado para nenhum outro cliente. Adicionalmente uma possível distorção nas demonstrações financeiras dado a falta de provisão para perda do imobilizado nos casos de ativos que não retornam para a Companhia.

4. Ausência de boletim de medição

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Situação observada

Identificamos que a Companhia possui receitas de locação registradas sem o devido boletim de medição do cliente assinado pelo contratante. Nestes casos a Companhia efetua a emissão do faturamento com base em cláusula prevista na política de faturamento onde é permitido a emissão do faturamento ao cliente após 3 dias do envio do boletim de medição.

Recomendação

Recomendamos que a Companhia implemente controles para cobrança e monitoramento para o recebimento dos boletins de medição devidamente assinados pela empresa contratante evitando possíveis questionamentos futuros.

Possíveis efeitos

A ausência do boletim de medição assinado pela contratante por acarretar em questionamento e não pagamento do valor faturado e consequentemente não realização do contas a receber sendo necessário o reconhecimento para provisão para crédito liquidação duvidosa e/ou baixa do contas a receber.

e. Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas.

Comentário em relação à deficiência 1 do item "d" acima:

A Companhia desenvolveu em parceria com o SERASA, a definição do *credit rating* de seus clientes, que será o indutor da alteração do cálculo da PDD, cujo reflexo será reconhecido no balanço de abertura de 2018, para fins de atendimento ao IFRS 9 – Instrumentos Financeiros.

A Companhia contratou uma consultoria especializada para a diagnóstico das necessidades para adequação às normas do IFRS 15 – Receitas de Contratos com Clientes. A expectativa é ter esse diagnóstico até o final do mês de maio de 2017. O plano de ação será implementado ao longo do segundo trimestre de 2017, por meio da criação do controle extra contábil do faturamento de acordo com a nova norma, para termos meios de comparação trimestral em 2018. Ao longo do terceiro trimestre de 2017 faremos os testes em QAS, para entrada em base de produção a partir de janeiro de 2018.

Com relação ao IFRS 16 – Arrendamentos, os impactos ainda serão avaliados, já que esse pronunciamento só entrará em vigor em 2019. Nossa previsão é iniciar os estudos no quarto trimestre de 2018.

Comentário em relação à deficiência 2 do item "d" acima:

A Companhia continua com as ações de cobrança, negociando com os clientes inadimplentes tanto os valores em aberto quanto a devolução dos equipamentos eventualmente retidos nos locais das obras.

Informamos, por exemplo, que temos uma ação judicial em andamento com vistas a retirada dos equipamentos retidos no canteiro de obras do cliente Consórcio UFN III. Os demais ainda serão objeto de análise por parte das áreas operacionais, ao longo de 2017, para, se for o caso, serem retirados. Informamos ainda que os equipamentos retidos nas obras, não são retirados imediatamente por questões logísticas e de disponibilização de espaço nas filiais, bem como por economia de frete, haja vista a elevada ociosidade conjuntural pela qual passamos.

Comentário em relação à deficiência 3 do item "d" acima:

A Companhia identificou que algumas notas fiscais de demonstração não tinham sido objeto de registro fiscal (MIRO). Após análise, foram identificadas e registradas em abril de 2017. A análise foi encaminhada à KPMG por ocasião da visita final de auditoria.

Da lista de pendências, ainda existem algumas notas fiscais que não geraram contabilização no momento do registro das notas fiscais de devolução de demonstração, os quais foram incluídas manualmente no SAP, também em abril. Adicionalmente foi aberto chamado de suporte técnico para serem analisados por TI, para que não haja recorrência. O chamado foi concluído e o problema solucionado. Estabelecemos também em abril de 2017 um relatório mensal de controle para monitoramento das demonstrações em aberto.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Comentário em relação à deficiência 4 do item "d" acima:

A Companhia está desenvolvendo uma política de medição de contratos de locação e uma melhoria no SAP para controle das medições pendentes (Cockpit de Faturamento), com o objetivo de nos permitir melhorar o controle e planejamento dos documentos pendentes de boletins de medição. A previsão de conclusão é o final do segundo trimestre de 2017.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

5.4 Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que a Companhia está exposta ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição da Companhia a tais riscos

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, não houve eventos que alterassem significativamente os principais riscos a que a Companhia está exposta ou a política de gerenciamento de riscos adotada.

Em 2015 e 2016, as incertezas na economia e na política impactaram os mercados onde a Companhia atua e muitos de seus clientes reduziram investimentos, suspenderam projetos e diminuíram o ritmo de obras. Esse comportamento do mercado impactou diretamente o desempenho da Companhia, o que se refletiu em maior ociosidade dos seus equipamentos e forçou uma revisão nos seus planos de investimento e expansão. Com isso, a Companhia reduziu seus investimentos em 2015 e 2016 para a nova realidade do mercado e focou seus esforços em eficiência operacional. Caso essas perspectivas se mantenham em 2017, as operações da Companhia poderão continuar a serem afetadas.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

5.4 Outras informações que a Companhia julga relevantes

Não há outras informações relevantes atinentes a este item 5.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10.1 Os diretores devem comentar sobre:

As informações financeiras incluídas nesta seção, exceto quando expressamente ressalvado, referem-se às nossas demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2015 e 2016.

As informações constantes neste item 10 do Formulário de Referência devem ser lidas e analisadas em conjunto com as nossas demonstrações financeiras, disponíveis em nosso website de Relações com Investidores da Companhia (www.mills.com/ri) e no website da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br).

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

O ano de 2016 foi desafiador para a Companhia e para o Brasil, com a crise política e enfraquecimento econômico. Como era esperado, a Companhia apresentou no ano de 2016 uma redução de sua receita líquida de 31,2%, totalizando R\$396,6 milhões, ante R\$576,1 milhões em 2015 e R\$794,2 milhões em 2014. A Companhia continua sendo geradora de caixa, com fluxo de caixa operacional ajustado (antes de juros pagos, aquisição de bens de locação e juros e variações monetárias ativas e passivas líquidas) de R\$130,7 milhões em 2016, versus R\$202,1 milhões em 2015 e R\$292,1 milhões em 2014. Já o fluxo de caixa livre para a firma (antes dos juros pagos e as variações monetárias ativas e passivas líquidas) foi de R\$146,4 milhões em 2016, sendo o terceiro ano de geração positiva de caixa, após anos de grandes investimentos, que viabilizaram seu crescimento orgânico, sua expansão geográfica e, principalmente, a conquista e a consolidação de posição de liderança nos seus mercados de atuação.

Durante o ano de 2016, registramos R\$16,9 milhões de despesas não recorrentes, sendo: (i) R\$3,7 milhões relacionados ao resultado da venda de sucata, equivalente a 2,3 mil toneladas de equipamento; (ii) R\$ 6,2 milhões relacionados com a reestruturação e desmobilização de filiais; (iii) R\$3,9 milhões referentes ao impairment das benfeitorias de Osasco, Campinas e Ribeirão Preto e (iv) R\$3,1 milhões referentes às despesas da unidade de negócio Serviços Industriais vendida em 2013.

No ano de 2015, houve a constituição de perdas não recuperáveis (impairment) de R\$57,1 milhões, no qual R\$30,9 milhões em Construção e R\$26,2 milhões no investimento na Rohr. Em 2016 a Companhia realizou todos os testes necessários, porém não foi necessário a constituição de impairment em nenhuma das unidades geradoras de caixa. Em 2015 também foi registrado o valor de R\$25,6 milhões de despesas não recorrentes, sendo R\$6,0 milhões no 4T15.

Em 2016 a Companhia passou a classificar o investimento na Rohr como ativo financeiro disponível para venda, sujeito, portanto à avaliação pelo valor justo. O ajuste a valor justo é reconhecido como ajuste de avaliação patrimonial dentro do patrimônio líquido e o efeito líquido demonstrado na Demonstração de Resultados Abrangentes, nas demonstrações financeiras. A Companhia avaliou que, em 31 de dezembro de 2016, não possui influência significativa em conformidade com o CPC 18 (R2) e sem alteração em relação à avaliação de 31 de dezembro de 2015.

Durante o exercício de 2016, a Companhia fez a revisão do valor justo do instrumento financeiro relativo ao investimento na Rohr por meio de estudo interno. O valor justo desse ativo foi determinado com base em projeções econômicas, pela abordagem de renda, por intermédio de projeção de fluxo de caixa descontado pelo prazo de dez anos para fins de fundamentação do valor registrado contabilmente, haja vista o longo período de maturação dos investimentos em infraestrutura e construção civil. Os respectivos fluxos são descontados por taxa média de desconto, obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, levando em consideração o custo médio ponderado de capital (WACC). Em função desse estudo, a Administração estima que o valor justo do investimento na Rohr em 31 de dezembro de 2016 é de R\$75,1 milhões, (R\$61,2 milhões em 31 de dezembro de 2015). A variação do valor justo, de R\$13,9 milhões,

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

menos o efeito do imposto de renda e contribuição social diferidos de R\$4,8 milhões foi registrada no Patrimônio Líquido da Companhia como ajuste de avaliação patrimonial (R\$9,1 milhões).

A geração de caixa, medida pelo EBITDA, foi de R\$40,9 milhões em 2016. Excluindo os itens não recorrentes mencionados acima, o EBITDA seria igual a R\$57,8 milhões. O EBITDA, em 2015, foi de R\$104,1 milhões, excluindo os itens não recorrentes o EBITDA totalizaria R\$186,7 milhões. Em 2014 o EBITDA foi de R\$326,2 milhões, excluindo os itens não recorrentes seria de R\$350,2 milhões.

Em 2016 a Companhia registrou prejuízo líquido de R\$99,4 milhões, enquanto que em 2015 apresentou prejuízo líquido de R\$97,8 milhões, ante lucro líquido de R\$64,3 milhões em 2014.

Em abril de 2016, a Companhia homologou o aumento de capital, com a subscrição e integralização no seu valor máximo de R\$125 milhões, impactando positivamente o caixa e fortalecendo a estrutura de capital da Companhia e seus níveis de liquidez.

A dívida bruta total da Mills era de R\$450,1 milhões em 31 de dezembro de 2016, contra R\$620,8 milhões em 31 de dezembro de 2015 e R\$ 745,4 milhões em 31 de dezembro de 2014. Terminamos 2016 com uma posição de dívida líquida de R\$119,4 milhões, contra R\$388,8 milhões em 2015 e R\$551,7 milhões em 2014. O nosso cronograma de amortização de dívida engloba pagamento de R\$362,7 milhões de principal até o ano de 2019, sendo que em abril de 2016 se encerrou a primeira emissão de debêntures. Amortizamos o valor de R\$ 90 milhões de principal, reduzindo, desta forma, nossa dívida bruta.

Considerando as despesas não recorrentes para fins de determinação do EBITDA ajustado, no fechamento das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016, todos os *covenants* estão sendo cumpridos. Terminamos o ano de 2016 com alavancagem de medida pela relação dívida líquida/LTM EBITDA ajustado, de 2,1x, enquanto o índice de cobertura de juros, medido pelo indicador LTM EBITDA ajustado/LTM pagamento de juros, foi igual a 2,2x. Em 2015 encerramos o ano com alavancagem de 2,1x, e índice de cobertura de juros, foi igual a 3,0x, ambos excluindo os itens não recorrentes. Em 2014, terminamos o ano com alavancagem de 1,6x, enquanto o índice de cobertura de juros foi igual a 4,8x.

Estamos confiantes que vamos superar os desafios de mercado, com nossa solidez financeira, modelo de gestão e estratégia comercial e sairemos desse ciclo ainda mais fortes.

b. Estrutura de capital

Valores em R\$ milhões	2016	%	2015	%	2014	%
Capital próprio	997,9	66,1%	962,2	58,7%	1.059,4	56,0%
Capital de terceiros	512,8	33,9%	675,7	41,3%	833,3	44,0%
Total Estrutura de Capital	1.510,7	100,0%	1.638,0	100,0%	1.892,7	100,0%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**(i) Capital Próprio (Patrimônio Líquido)**

A composição do patrimônio líquido da Companhia é como segue:

Valores em R\$ milhões	2016	%	2015	%	2014	%
Capital social subscrito	688,3	69,0%	563,3	58,5%	563,3	53,2%
Reservas de capital	30,9	3,1%	30,0	3,1%	8,8	0,8%
Reservas de lucros	289,8	29,0%	389,2	40,5%	487,0	46,0%
Ações em tesouraria	(20,3)	-2,0%	(20,3)	-2,1%		
Ajuste de avaliação patrimonial	9,1	0,9%	-	0,0%	0,2	0,0%
Total Patrimônio Líquido	997,9	100,0%	962,2	100,0%	1.059,4	100,0%

Em 31 de dezembro de 2016 o capital social subscrito e integralizado era de R\$688,3 milhões, representado por 175.586.442 (cento e setenta e cinco milhões, quinhentas e oitenta e seis mil e quatrocentas e quarenta e duas) ações ordinárias, todas sob a forma nominativa e sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 o capital social subscrito e integralizado era de R\$563,3 milhões, composto por 128.057.925 (cento e vinte e oito milhões, cinquenta e sete mil e novecentos e vinte e cinco) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Em 19 de abril de 2016 o Conselho de Administração aprovou a homologação do aumento de capital, com a emissão de 47.528.517 novas ações ordinárias, no valor total de R\$125 milhões.

O Conselho de Administração da Companhia aprovou, em 10 de novembro de 2014, o programa de recompra de ações ordinárias de emissão da própria Companhia, com objetivo de adquirir até 4.000.000 de ações de sua emissão, no prazo máximo de 365 dias a partir da data de sua aprovação, para manutenção em tesouraria e posterior cancelamento ou alienação, inclusive no âmbito do programa de opção de compra de ações da Companhia, em caso de exercício de tais opções. O Conselho de Administração aprovou, no segundo trimestre de 2015, a alienação de 6.878 ações, que estavam em tesouraria, para atender o exercício de opção de compra de ações da Companhia. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia mantinha 2.278.422 ações em tesouraria.

Os diretores da Companhia geralmente utilizam tanto capital próprio, oriundo de geração de caixa operacional, como capital de terceiros, mediante a contratação de novos empréstimos e/ou a emissão de títulos e valores mobiliários representativos de dívida, para financiar as necessidades de investimentos em ativos não-circulantes e capital de giro da Companhia. Para operações estratégicas, quando necessário, a Companhia pode recorrer ao capital dos seus acionistas ou de terceiros, mediante a emissão de ações.

Não há hipótese de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

(ii) Capital de Terceiros

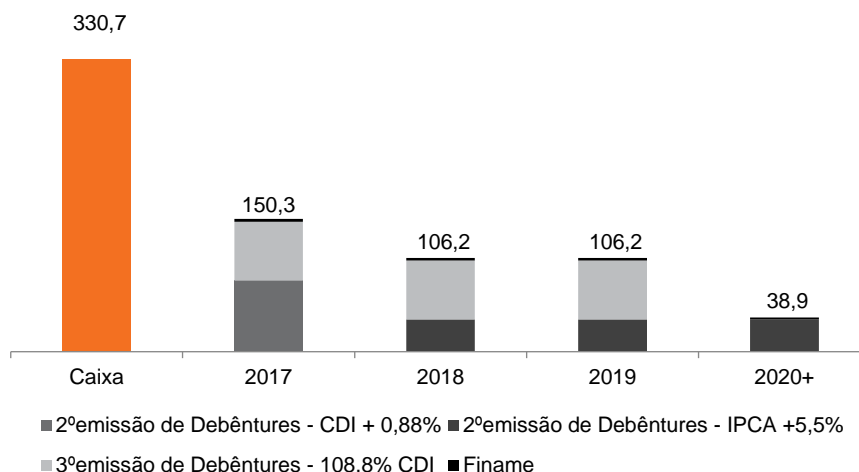
A tabela abaixo apresenta a dívida líquida consolidada da Companhia em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014:

Valores em R\$ milhões	2016	2015	2014
Endividamento de curto prazo	159,7	189,8	155,0
Endividamento de longo prazo	290,4	431,0	590,4
(-) Caixa e equivalentes de caixa	330,7	232,0	193,7
Dívida Líquida	119,4	388,8	551,7

Em 31 de dezembro de 2016, nossa dívida era composta por 35,5% de dívida de curto prazo e 64,5% de dívida de longo prazo, com prazo médio de 2,5 anos e custo médio de CDI+0,28%. Em termos de moeda, a totalidade da dívida é em reais. Em 31 de dezembro de 2015, nossa dívida era composta por 30,6% de dívida de curto prazo e 69,4% de dívida de longo prazo, com prazo médio de 2,8 anos e custo médio de CDI+1,21%. Em termos de moeda, a totalidade da dívida é em reais. Já em 31 de dezembro de 2014, a nossa dívida era composta por 20,8% de dívida de curto prazo e 79,2% de dívida de longo prazo, com prazo médio de 2,4 anos e custo médio de CDI+0,68%.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A atual estrutura de capital e o prazo de amortização da dívida são confortáveis, conforme os indicadores abaixo apresentados:



	2016	2015	2014
Dívida Líquida / EBITDA ajustado	2,1	2,1	1,5
EBITDA ajustado / Despesas financeiras líquidas	2,2	3,0	5,4

O saldo da dívida da Companhia, em 31 de dezembro de 2016, era de R\$450,1 milhões, ou seja, 2,1 vezes o EBITDA, excluindo itens não recorrentes. O fluxo de pagamento dessa dívida, considerando o perfil de endividamento naquela data, acontecerá em um período de 5 anos, sendo R\$193,2 milhões devidos em

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

menos de um ano, R\$347,2 milhões entre dois e cinco anos, e R\$0,6 milhão acima de cinco anos. O perfil da dívida de longo prazo da Companhia segue uma política para contratações de empréstimos e financiamentos cujo objetivo é assegurar que todos os compromissos financeiros sejam honrados, se necessário, por meio da geração de caixa da Companhia.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía registrados em seu balanço passivos no montante total de R\$9,6 milhões referente à adesão ao Programa de Recuperação Fiscal (REFIS) cujo prazo de parcelamento total aderido correspondeu a 180 meses. A Companhia está adimplente com o referido programa de parcelamento sendo que o saldo das parcelas remanescentes corresponde à quantia de R\$9,6 milhões, tendo a última parcela vencimento em dezembro de 2024.

Desta forma, os diretores da Companhia acreditam que sua geração de caixa e as atuais disponibilidades são suficientes para fazer frente a seus compromissos financeiros no médio prazo.

No que se refere a limitações contratuais para assunção de novas dívidas, existem cláusulas contidas nos contratos de crédito bancários da Companhia que a impõem a observância de certos indicadores financeiros, dentre os quais: a relação entre EBITDA e endividamento líquido e a relação entre despesa financeira líquida e EBITDA.

Em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014, a Companhia estava dentro dos limites contratuais destes indicadores financeiros.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Os investimentos da Companhia em ativos não-circulantes e capital de giro são financiados por sua própria geração de caixa operacional e por capital de terceiros, mediante a contratação de novos empréstimos e/ou a emissão de títulos e valores mobiliários representativos de dívida, tais como notas promissórias comerciais e debêntures. Para operações estratégicas, quando necessário, a Companhia pode recorrer ao capital dos seus acionistas ou de terceiros, mediante a emissão de ações.

Em 11 de abril de 2014, a Companhia emitiu notas promissórias comerciais no valor de R\$200 milhões, remuneradas a uma taxa correspondente a 106% da taxa DI. Os recursos captados com estas operações foram utilizados para (a) refinanciamento do endividamento da Companhia, (b) aquisição de equipamentos para locação, e (c) usos e despesas gerais da Companhia.

Em 30 de maio de 2014 a Companhia emitiu R\$200 milhões em debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com vencimento em 30 de maio de 2019. O valor nominal será amortizado em três parcelas anuais a partir do terceiro ano da sua emissão e os juros pagos semestralmente corresponderão a 108,75% da variação acumulada da taxa de juros do CDI. Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a terceira emissão de debêntures foram integralmente utilizados para a quitação integral das notas promissórias comerciais da quarta emissão da Companhia, emitidas em 11 de abril de 2014, descritas anteriormente.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

As principais fontes de liquidez da Companhia são:

- fluxo de caixa das atividades da Companhia;
- financiamentos bancários e por meio de mercado de capitais; e
- aportes de capital.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

As principais exigências de caixa da Companhia são:

- investimentos para manutenção e aumento do estoque de equipamentos;
- exigências de capital de giro;
- investimentos nas instalações físicas que a Companhia ocupa e o parque de informática voltado a suportar suas atividades;
- investimentos em melhoria de processos e controles;
- investimentos em treinamento e segurança; e
- distribuição de juros sobre capital próprio e dividendos.

Os diretores acreditam que as atuais disponibilidades e capacidade de geração de caixa operacional, em conjunto com sua capacidade de endividamento, com alavancagem adequada, são suficientes para financiar seus investimentos e sua necessidade de capital de giro.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A tabela abaixo apresenta os empréstimos e financiamentos da Companhia, divididos por indexador, com os respectivos encargos e saldos em aberto em 31 de dezembro de 2014, 2015 e 2016:

		Em 31 de dezembro de		
	Encargo (ao ano) ¹	2014	2015	2016
(em milhões de reais)				
Financiamento com Instituições Financeiras	CDI+0,29%	44,7 ²	0	0'
Financiamento com Instituições Financeiras	TJLP+0,2% a 0,9%	18,7	15,1	12,0
Arrendamento Mercantil com Instituições Financeiras	CDI + 2,5% a 3,8%	-	-	-
Debêntures simples não conversíveis em ações	112,5% do CDI	184,4	92,8	0
Debêntures simples não conversíveis em ações	1ª série: CDI + 0,88%	168,1	169,7	84,8
	2ª série: IPCA + 5,5%	128,7	142,3	151,7
Debêntures simples não conversíveis em ações	108,75% do CDI	202,0	202,5	202,4

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Total	746,6	622,3	450,9
--------------	--------------	--------------	--------------

¹ Em 31 de dezembro.

² Inclui financiamentos com instituições financeiras indexados ao dólar norte-americano acrescidos de 2,13% de juros ao ano no valor de R\$ 39,9 milhões de contrato no valor de US\$ 16,9 milhões e swap contratado para anular o risco da variação cambial deste empréstimo.

Endividamento de curto prazo

Esta conta totalizou R\$159,7 milhões em 31 de dezembro de 2016, em comparação com R\$189,8 milhões em 31 de dezembro de 2015, com redução de R\$30,1 milhões, ou 18,9%. Esta redução foi devido, principalmente: (i) ao pagamento da última parcela da 1ª Emissão de Debêntures, em abril 2016, (ii) ao pagamento da 1ª parcela da 2ª emissão de Debêntures, 1ª série CDI, em agosto de 2016, (iii) transferência de endividamento de longo prazo para endividamento de curto prazo da 2ª parcela de amortização, em agosto 2016, da 2ª emissão de Debêntures e (iv) à transferência de endividamento de longo prazo para endividamento de curto prazo da 1ª parcela de amortização da 3ª emissão de Debêntures, em maio de 2017.

Em 31 de dezembro de 2015 essa conta apresentou um aumento de R\$34,9 milhões, ou 22,5%, quando comparado ao ano de 2014, que totalizou R\$155,0 milhões em 31 de dezembro. Este aumento foi devido, principalmente: (i) ao pagamento do contrato de empréstimo com o Banco Itaú BBA S.A, Sucursal Nassau, no valor de US\$ 16,9 milhões (equivalente a R\$40,0 milhões, com cotação da data de fechamento do contrato), e (ii) à transferência de endividamento de longo prazo para endividamento de curto prazo da 1ª parcela de amortização, em agosto 2016, da 2ª emissão de Debêntures, 1ª série CDI, emitida em agosto de 2012.

Endividamento de Longo Prazo

Esta conta totalizou R\$290,4 milhões em 31 de dezembro de 2016, em comparação com R\$431,0 milhões em 31 de dezembro de 2015, uma redução de R\$140,6 milhões, ou 48,4%. Esta redução foi resultante do efeito líquido dos seguintes fatores: (i) transferência de endividamento de longo prazo para endividamento de curto prazo da 2ª parcela de amortização, da 2ª emissão de Debêntures, emitida em agosto de 2012; e (ii) transferência de endividamento de longo prazo para endividamento de curto prazo da 1ª parcela de amortização, da 3ª emissão de Debêntures, emitida em maio de 2014.

Esta conta totalizou R\$ 431,0 milhões em 31 de dezembro de 2015, em comparação com R\$ 590,4 milhões em 31 de dezembro de 2014, uma redução de R\$ 159,4 milhões, ou 27,0%. Esta redução foi resultante do efeito líquido dos seguintes fatores: (i) transferência de endividamento de longo prazo para endividamento de curto prazo da 3ª parcela de amortização, da 1ª emissão de Debêntures, emitida em abril de 2011; e (ii) transferência de endividamento de longo prazo para endividamento de curto prazo da 1ª parcela de amortização, da 2ª emissão de Debêntures, 1ª série CDI, emitida em agosto de 2012.

Contratos Financeiros Relevantes

Os empréstimos foram usados para financiamento da ampliação dos investimentos da Companhia e para seus usos e despesas gerais, sendo indexados a CDI, TJLP e Dólar norte-americano. Para os empréstimos em moeda estrangeira, foram contratados instrumentos financeiros para proteção da Companhia contra a exposição por flutuação cambial.

Os financiamentos de equipamentos de locação foram contratados com encargos da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) acrescida de 0,20% a 0,90% ao ano e amortizações em bases mensais até junho de 2021.

As instituições financeiras com as quais a Companhia mantém empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2016 são:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- Banco do Brasil
- Itaú BBA

Em 6 de dezembro de 2013, a Companhia celebrou o contrato de empréstimo com o Banco Itaú BBA S.A, Sucursal Nassau, no valor de US\$16,9 milhões (equivalente a R\$40,0 milhões, com cotação da data de fechamento do contrato). A liquidação do empréstimo e dos juros foi realizada em uma única parcela, no vencimento, em 30 de janeiro de 2015, sem rolagem. Com o objetivo de anular o risco da variação cambial deste empréstimo, foi contratado com o Banco Itaú BBA S.A, na mesma data do empréstimo, um instrumento financeiro (*swap*) no montante de R\$ 40,0 milhões para que todas as obrigações (principal e juros) fossem integralmente convertidas para moeda local e realizadas nas mesmas datas dos respectivos vencimentos.

Debêntures

Em 3 de agosto de 2012 foi aprovada a segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, da Companhia, objeto de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação (com data de emissão de 16 de agosto de 2012). Foram emitidas 27.000 debêntures, cada uma com valor nominal de R\$ 10.000,00, sendo: (i) 16.094 debêntures da primeira série, totalizando R\$ 160,9 milhões, com vencimento em 15 de agosto de 2017, não sujeitas à atualização monetária, com valor nominal amortizado em duas parcelas anuais a partir do quarto ano da sua emissão e juros pagos semestralmente, correspondentes à sobretaxa de 0,88% ao ano incidente sobre 100% da variação acumulada da taxa DI; e (ii) 10.906 debêntures da segunda série, totalizando R\$ 109,1 milhões, com vencimento em 15 de agosto de 2020, sujeitas à atualização monetária pela variação acumulada do IPCA, com valor nominal amortizado em três parcelas anuais a partir do sexto ano da sua emissão e juros pagos anualmente, correspondentes a 5,50% ao ano do valor atualizado monetariamente na forma acima. Os custos de transação associados a esta emissão no valor de R\$ 1,8 milhão estão sendo reconhecidos como despesas de captação da Companhia, conforme os prazos contratuais desta emissão.

Em 23 de abril de 2014 foi aprovada a terceira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, em série única da espécie quirografária da Companhia no valor de R\$ 200 milhões, e valor nominal unitário de R\$ 10 mil, emitidas em 18 de junho de 2014. As debêntures têm vencimento em 30 de maio de 2019 e remuneração de 108,75% do CDI, com pagamentos semestrais de juros e amortização em três parcelas anuais e sucessivas, sendo o primeiro vencimento em 30 de maio de 2017. Os custos de transação associados a esta emissão no valor de R\$ 0,7 milhão estão sendo reconhecidos como despesas de captação da Companhia, conforme os prazos contratuais desta emissão.

Em 31 de dezembro de 2015, os saldos de debêntures bruto dos custos de transação foi de R\$ 187,3 milhões no passivo circulante e de R\$ 419,9 milhões no passivo não circulante, e R\$ 186,6 milhões e R\$ 419,1 milhões líquidos dos custos de transação, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2016, os saldos de debêntures bruto dos custos de transação foi de R\$157,0 milhões no passivo circulante e de R\$282,0 milhões no passivo não circulante, e R\$156,6 milhões e R\$281,6 milhões líquidos dos custos de transação, respectivamente

Notas Promissórias

Em 11 de abril 2014 foram emitidas pela Companhia, em série única, 20 notas promissórias comerciais com valor nominal unitário de R\$10 milhões, perfazendo um montante de R\$200 milhões, com vencimento em 08 de agosto de 2014. Sobre o valor unitário das notas promissórias incidiram juros remunerados correspondentes a 106% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI's. A Companhia, em 18 de junho de 2014, pagou integralmente essas notas promissórias com os recursos da sua terceira emissão de debêntures.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Arrendamento financeiro

Referia-se, substancialmente, a contratos para a compra de imobilizado de locação com prazos entre 36 e 60 meses, com vencimentos até 2015 e indexados ao CDI acrescidos de 2,5% a 3,80% ao ano. Essa obrigação estava garantida pelos próprios bens arrendados. A Companhia liquidou, antecipadamente, todos os contratos existentes de arrendamento financeiro durante o terceiro trimestre de 2014.

(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia tem como política reduzir o risco de caixa relacionado com a variação cambial, de forma conservadora, uma vez que todas as suas receitas são auferidas em Reais. Para este fim, a Companhia celebra contratos de hedge com instituições financeiras. Todos esses contratos preveem a fixação da taxa de câmbio futura de reais para dólares.

Os instrumentos derivativos contratados pela Companhia têm o propósito de protegê-la, em suas operações de importação de equipamentos, no intervalo entre a colocação dos pedidos e nacionalização, contra os riscos de flutuação na taxa de câmbio, e não são utilizados para fins especulativos.

A Companhia, também possui contrato de empréstimo em dólar e para cobrir substancialmente o risco cambial, contratou operação na modalidade de *swap*.

Em 6 de dezembro de 2013, a Companhia celebrou o contrato de empréstimo com o Banco Itaú BBA S.A, Sucursal Nassau, no valor de US\$16,9 milhões (equivalente a R\$40,0 milhões, com a cotação da data de fechamento do contrato). A liquidação do empréstimo e dos juros foi realizada em uma única parcela, no vencimento, em 30 de janeiro de 2015, sem rolagem. Com o objetivo de anular o risco da variação cambial deste empréstimo, foi contratado com o Banco Itaú BBA S.A, na mesma data do empréstimo, um instrumento financeiro (*swap*) no montante de R\$40,0 milhões para que todas as obrigações (principal e juros) fossem integralmente convertidas para moeda local e realizadas nas mesmas datas dos respectivos vencimentos.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia não possuía ordens de compra de equipamentos com fornecedores estrangeiros, sendo o saldo de US\$0,4 milhão na conta “fornecedores estrangeiros” referente basicamente à compra a prazo de equipamento de imobilizado. Em 2015, as compras a prazo somavam US\$0,2 milhão, e em 2014, tais ordens somavam US\$0,3 milhão.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas

As debêntures de emissão da Companhia são todas da espécie quirografária.

A maior parte das garantias reais prestadas pela Companhia se refere a financiamentos contratados em exercícios anteriores à oferta inicial de ações (IPO), quando a situação financeira da Companhia exigia que ela oferecesse garantias reais para facilitar o seu acesso ao crédito.

Após sua oferta inicial de ações realizada em abril de 2010, a Companhia realizou operação de financiamento com garantia real somente para as operações de FINAME, linha de crédito do BNDES para financiamento de investimentos na fabricação de parcela de seus equipamentos, onde, por exigência do contrato de financiamento, o equipamento fabricado fica alienado até o término do contrato de financiamento, com saldo de R\$27,1 milhões em garantias reais em 31 de dezembro de 2015. Não há outras dívidas com garantia real nos últimos três exercícios fiscais.

Os diretores da Companhia acreditam que as cláusulas em vigor referentes à constituição de garantias não restringirão de maneira significativa a capacidade de contratar novas dívidas para satisfazer suas necessidades de capital.

(iv) eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se a Companhia vem cumprindo essas restrições

Covenants

As escrituras de emissão das debêntures preveem a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros preestabelecidos, como segue:

(1) Índice financeiro decorrente do quociente da divisão da Dívida Líquida¹ pelo EBITDA² deverá ser igual ou inferior a 3.

(2) Índice financeiro decorrente do quociente da divisão do EBITDA pela Despesa Financeira Líquida³ deverá ser igual ou superior a 2.

¹ “Dívida Líquida” significa, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia imediatamente anteriores, (a) o somatório das dívidas onerosas da Companhia, em base consolidada, perante pessoas jurídicas, incluindo empréstimos e financiamento com terceiros e/ou partes relacionadas e emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não, no mercado de capital local e/ou internacional, além de avais prestados pela Companhia, mas excluindo as dívidas decorrentes de parcelamentos tributários; (b) menos o somatório das disponibilidades (caixa e aplicações financeiras) da Companhia em base consolidada.

² “EBITDA” significa, com base nas quatro demonstrações financeiras consolidadas da Companhia imediatamente anteriores, o lucro ou o prejuízo líquido antes da contribuição social e do imposto de renda, subtraindo-se as receitas e adicionando-se as despesas geradas pelos resultados financeiros e não operacionais, depreciação e amortização e resultados não recorrentes.

³ “Despesa Financeira Líquida” significa, com base nas quatro demonstrações financeiras consolidadas da Companhia imediatamente anteriores, o saldo da diferença entre a receita financeira bruta consolidada e a despesa financeira bruta consolidada.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2015 e 2016, a Companhia esteve em conformidade com os níveis requeridos para os indicadores.

Ainda, alguns dos instrumentos financeiros de longo prazo da Companhia contêm restrições relacionadas à (i) mudança ou transferência de controle acionário (direto e indireto), e (ii) alienação de ativos cujo valor represente mais de 15% do valor total dos ativos da Companhia, tendo por base as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia. Caso a Companhia esteja em mora com qualquer de suas obrigações contratuais, esta não poderá realizar distribuição e/ou pagamento de dividendos, juros sobre o capital próprio ou quaisquer outras distribuições de lucros aos acionistas da Companhia acima do dividendo mínimo obrigatório previsto em lei, na forma definida nos respectivos instrumentos.

Os diretores da Companhia acreditam que as cláusulas atuais não restringirão de maneira significativa sua capacidade de contratar novas dívidas para satisfazer suas necessidades de capital.

Em 22 de março de 2017 foi aprovado em Assembleia Geral dos Debenturistas da 2ª e 3ª emissões da alteração dos termos e condições das respectivas escrituras, incluindo (i) alteração na fórmula de cálculo de índices financeiros (covenants), (ii) a concessão de garantias adicionais, (iii) a alteração de determinadas hipóteses de vencimento antecipado, e (iv) aumento da remuneração das debêntures.

A Companhia está adimplente com relação às suas obrigações pecuniárias e não pecuniárias relativas às Debêntures, mas acredita que as alterações aprovadas nesta data lhe darão conforto adicional com relação ao cumprimento destas mesmas obrigações até o vencimento das Debêntures.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

(i) alteração na fórmula de cálculo dos covenants a partir de 31 de março de 2017, inclusive, até a data de vencimento:

(a) índice financeiro decorrente do quociente da divisão da Dívida Líquida pelo FCO deverá ser igual ou inferior a 3,0; e

(b) índice financeiro decorrente do quociente da divisão do FCO por Despesa Financeira Líquida deverá ser igual ou superior a 2,0.

FCO significa, com base nas 4 (quatro) Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia imediatamente anteriores, caixa líquido gerado nas atividades operacionais excluindo juros e variações monetárias ativas e passivas líquidas, aquisições de bens do ativo imobilizado de locação e juros pagos.

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia não dispunha de limites a utilizar em operações de financiamento já contratadas. Na mesma data, a Companhia dispunha de linhas de crédito bancário não asseguradas e não utilizadas, revisadas anualmente, de R\$113,0 milhões, e linhas de crédito bancário asseguradas e utilizadas de R\$12,0 milhões, 10,6% do total, com vários prazos de vencimento e que podem ser estendidas de comum acordo.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia não dispunha de limites a utilizar em operações de financiamento já contratadas. Na mesma data, a Companhia dispunha de linhas de crédito bancário não asseguradas e não utilizadas, revisadas anualmente, de R\$ 109,6 milhões, e linhas de crédito bancário asseguradas e utilizadas de R\$ 15,1 milhões, 12,1% do total, com vários prazos de vencimento e que podem ser estendidas de comum acordo.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia não dispunha de limites a utilizar em operações de financiamento já contratadas. Na mesma data, a Companhia dispunha de linhas de crédito bancário não asseguradas e não utilizadas, revisadas anualmente, de R\$ 570,2 milhões, e linhas de crédito bancário asseguradas e utilizadas de R\$ 64,5 milhões, com vários prazos de vencimento e que podem ser estendidas de comum acordo.

A Companhia mantém relacionamento com as principais instituições financeiras com atuação no Brasil e, na avaliação de sua diretoria, tem condições e classificação de risco de crédito que lhe permitem contratar novas dívidas nos montantes necessários para fazer frente às suas atuais necessidades de caixa de curto e longo prazo.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

De acordo com as políticas contábeis em vigor adotadas no Brasil, a receita reportada na demonstração do resultado deve incluir somente os ingressos brutos dos benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia, quando originários de suas próprias atividades. As quantias cobradas por conta de terceiros – tais como tributos sobre vendas, tributos sobre bens e serviços e tributos sobre valor adicionado – não geram benefícios para a Companhia e não resultam em aumento do patrimônio líquido e, portanto, são excluídos da receita. Desta forma, os comentários abaixo relativos às variações entre os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014, 2015 e 2016 são referentes somente a receita líquida, e não à receita bruta.

DISCUSSÃO E ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Valores em R\$ milhões	2014	AV¹	AH²	2015	AV¹	AH²	2016	AV¹	AH²
Receita líquida de vendas e serviços	794,2	100,0%	-4,6%	576,1	100,0%	-27,5%	396,6	100,0%	-31,2%
Infraestrutura	211,0	26,6%	-2,7%	165,7	28,8%	-21,5%	112,5	28,4%	-32,1%
Edificações	212,4	26,7%	-17,7%	117,2	20,3%	-44,8%	69,8	17,6%	-40,4%
Rental	370,8	46,7%	3,8%	293,2	50,9%	-20,9%	214,3	54,0%	-26,9%
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(362,4)	-45,6%	8,2%	(343,8)	-59,7%	-5,1%	(313,6)	-79,1%	-8,8%
Lucro bruto	431,8	54,4%	-13,2%	232,3	40,3%	-46,2%	83,0	20,9%	-64,3%
Despesas gerais e administrativas	(273,8)	-34,5%	21,5%	(240,8)	-41,8%	-12,1%	(197,2)	-49,7%	-18,1%
Perdas estimadas por valor não recuperável	-	0,0%	-	(57,1)	-9,9%	-	(3,9)	-1,0%	-93,1%
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro	157,9	19,9%	-43,6%	(65,6)	-11,4%	-141,5%	(118,1)	-29,8%	80,1%
Despesas financeiras	(91,6)	-11,5%	52,7%	(100,1)	-17,4%	9,2%	(81,8)	-20,6%	-18,2%
Receitas financeiras	23,9	3,0%	81,8%	36,9	6,4%	54,3%	55,5	14,0%	50,5%
Resultado financeiro	(67,7)	-8,5%	-129,0%	(63,1)	-11,0%	-6,7%	(26,3)	-6,6%	-58,4%
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos	90,3	11,4%	-237,5%	(128,7)	-22,3%	-242,5%	(144,4)	-36,4%	12,2%
Imposto de renda e contribuição social	(26,1)	-3,3%	-115,1%	30,9	5,4%	-218,6%	45,0	11,3%	45,5%
Lucro líquido do período	64,3	8,1%	-62,8%	(97,8)	-17,0%	-252,2%	(99,4)	-25,1%	1,6%

(1) Análise vertical, que consiste em percentual sobre o total de receita líquida de vendas e serviços.

(2) Análise horizontal, que consiste no percentual de variação das contas do demonstrativo de resultados entre os exercícios sociais indicados.

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2016 comparado com exercício findo em 31 de Dezembro de 2015

Receita Líquida de Vendas e Serviços

A receita líquida da Mills atingiu R\$396,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, redução de 31,2% em relação ao valor registrado no ano anterior. O maior impacto foi a queda da receita de locação, como reflexo da menor taxa de utilização e do menor preço praticado em ambas as unidades de negócio. A queda do volume locado foi responsável por 52% da redução da receita de locação, enquanto que o preço/mix de equipamentos foi responsável por 48%.

54,0 % da Receita líquida da Companhia no ano de 2016 foi proveniente da unidade de negócios Rental.

Estamos implementando iniciativas estruturantes na Rental voltadas para o mercado de não construção e na maior penetração desse segmento. Portanto, acreditamos que esta unidade de negócio será a primeira a apresentar melhores receitas.

Receita líquida por tipo: valores em R\$ milhões	2014	2015	2016	(B)/(A)	(C)/(B)
	(A)	(B)	(C)		
Receita Líquida Total	794,2	576,1	396,6	-27,5%	-31,2%
Locação	663,3	484,4	312,3	-27,0%	-35,5%
Vendas Novos	45,7	24,8	8,0	-45,6%	-67,7%
Vendas Seminovos	34,8	29,1	41,8	-16,5%	43,8%
Assistência técnica	8,1	7,9	8,2	-2,2%	4,4%
Indenização e Recuperação de Despesas	42,3	29,9	26,3	-29,3%	-12,3%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A receita de vendas de seminovos teve um aumento anual de 43,8%. Em 2016, por motivo de liquidez, foram vendidas 227 máquinas da Rental, destas, 209 foram para um contrato específico fechado no segundo semestre de 2015 antes do aumento de capital.

Custos dos produtos vendidos e serviços prestados e despesas gerais e administrativas

A tabela abaixo mostra os custos dos produtos vendidos e serviços prestados abertos da Companhia por natureza nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015 e 2016.

Valores em R\$ milhões	2016			2015			Variação 2016 x 2015		
	Custos direto obras e locação	Despesas gerais e administrativas e outras	Total	Custos direto obras e locação	Despesas gerais e administrativas e outras	Total	Custos direto obras e locação	Despesas gerais e administrativas e outras	Total
Pessoal	(64,2)	(71,0)	(135,2)	(74,2)	(97,6)	(171,8)	10,1	26,6	36,6
Terceiros	(6,0)	(25,5)	(31,4)	(4,9)	(20,5)	(25,4)	(1,0)	(5,0)	(6,0)
Frete	(8,6)	(4,6)	(13,1)	(12,1)	(3,3)	(15,4)	3,5	(1,3)	2,3
Material construção/ manutenção e reparo	(37,5)	(4,0)	(41,6)	(42,3)	(5,8)	(48,2)	4,8	1,8	6,6
Aluguel de equipamentos e outros	(4,8)	(16,3)	(21,1)	(5,8)	(19,5)	(25,4)	1,0	3,3	4,3
Viagem	(1,7)	(4,2)	(5,9)	(2,4)	(6,4)	(8,8)	0,6	2,2	2,9
Custo das mercadorias vendidas	(5,7)	-	(5,7)	(34,7)	-	(34,7)	29,0	-	29,0
Depreciação e amortização	(142,2)	(16,8)	(159,0)	(151,9)	(17,7)	(169,6)	9,7	0,9	10,6
Baixa de ativos	(41,1)	-	(41,1)	(12,8)	-	(12,8)	(28,2)	-	(28,2)
Provisão para devedores-PDD	-	(21,2)	(21,2)	-	(38,2)	(38,2)	-	17,0	17,0
Plano de ações	-	(4,4)	(4,4)	-	(9,6)	(9,6)	-	5,3	5,3
Provisões	-	(3,1)	(3,1)	-	(4,4)	(4,4)	-	1,2	1,2
Atualização provisões	-	0,0	0,0	-	-	-	-	0,0	0,0
Provisões por perdas estimadas por valor não recuperável	-	(3,9)	(3,9)	-	(57,1)	(57,1)	-	53,2	53,2
Outros	(1,9)	(26,1)	(28,0)	(2,6)	(17,6)	(20,2)	0,8	(8,5)	(7,7)
Total custos e despesas	(313,6)	(201,1)	(514,7)	(343,8)	(297,9)	(641,7)	30,2	96,8	126,9

A tabela abaixo mostra os custos dos produtos vendidos e serviços prestados e despesas gerais e administrativas da Companhia, sem considerar os efeitos da depreciação, abertos por unidade de negócio nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015 e 2016.

CPV e SGV total excluindo depreciação: em R\$ milhões	2015	% Part	2016	% Part	Var%
Construção	(281,6)	59,7%	(198,2)	55,7%	-29,6%
CPV	(106,8)	22,6%	(89,4)	25,1%	-16,3%
SG&A ex PDD	(149,2)	31,6%	(99,0)	27,8%	-33,6%
PDD	(25,6)	5,4%	(9,7)	2,7%	-62,0%
Rental	(160,6)	34,0%	(154,5)	43,4%	-3,8%
CPV	(85,0)	18,0%	(82,0)	23,0%	-3,6%
SG&A ex PDD	(62,8)	13,3%	(60,9)	17,1%	-3,0%
PDD	(12,8)	2,7%	(11,6)	3,2%	-9,5%
Outros	(29,8)	6,3%	(3,1)	0,9%	-89,6%
Total	(472,0)	100,0%	(355,7)	100,0%	-24,6%

Os custos dos produtos vendidos e serviços prestados e das despesas gerais e administrativas da Companhia, sem considerar os efeitos da depreciação, passaram de R\$472,0 milhões no exercício social

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

findo em 31 de dezembro de 2015 para R\$355,7 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, um aumento de R\$116,3 milhões, ou 24,6%.

Os custos consolidados da Mills, excluindo depreciação, tiveram redução de 10,7% em relação ao ano anterior. Como percentual da receita líquida total, os custos apresentaram um aumento, passando de 33,3% em 2015 para 43,2% em 2016. Apesar do aumento da produtividade na manutenção de nossos equipamentos, não conseguimos reduzir o custo na mesma proporção que a redução do volume locado. A margem de vendas também foi menor.

As despesas gerais e administrativas, excluindo PDD, caíram 32,6%, como reflexo das medidas de racionalização de custos e despesas adotadas pela Companhia. Tivemos uma redução de R\$36,0 milhões entre anos, desconsiderando as despesas alocadas em outras despesas como o impairment ocorrido em 2015, plano de ações e provisões trabalhistas. Em 2016 a Companhia fechou 5 filiais, sendo 3 filiais de Construção: Manaus, Goiânia e Cuiabá e 2 filiais da Rental – Guarulhos e Sorocaba. Estamos em processo de fechamento de mais filiais na unidade de Construção com o objetivo de reduzir a exposição no mercado de edificações leve.

A depreciação dos bens utilizados na prestação dos serviços, que é integrante dos custos dos produtos vendidos e serviços prestados, reduziu, passando de R\$169,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R\$159,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, mantidos os prazos médios de depreciação de 10 anos.

Itens não recorrentes

Durante o ano de 2016, registramos R\$16,9 milhões de despesas não recorrentes, sendo: (i) R\$3,7 milhões relacionados ao resultado da venda de sucata, equivalente a 2,3 mil toneladas de equipamento; (ii) R\$ 6,2 milhões relacionados com a reestruturação e desmobilização de filiais; (iii) R\$3,9 milhões referentes ao impairment das benfeitorias de Osasco, Campinas e Ribeirão Preto e (iv) R\$3,1 milhões referentes às despesas da unidade de negócio Serviços Industriais vendida em 2013. Considerando as despesas não recorrentes para fins de determinação do EBITDA ajustado, no fechamento das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016, todos os covenants estão sendo cumpridos. O impairment ocorrido em 2015 será tratado no item seguinte.

Impairment

No ano de 2015, houve a constituição de perdas não recuperáveis (impairment) de R\$57,1 milhões, no qual R\$30,9 milhões em Construção e R\$26,2 milhões no investimento na Rohr S.A Estruturas Tubulares (Rohr). Em 2016 a Companhia realizou todos os testes necessários, porém, não foi necessário a constituição de impairment em nenhuma das unidades geradoras de caixa.

Em 2016 a Companhia passou a classificar o investimento na Rohr como ativo financeiro disponível para venda, sujeito, portanto à avaliação pelo valor justo. O ajuste a valor justo é reconhecido como ajuste de avaliação patrimonial dentro do patrimônio líquido e o efeito líquido demonstrado na Demonstração de Resultados Abrangentes, nas demonstrações financeiras.

Durante o exercício de 2016, a Companhia fez a revisão do valor justo do instrumento financeiro relativo ao investimento na Rohr por meio de estudo interno. O valor justo desse ativo foi determinado com base em projeções econômicas, pela abordagem de renda, por intermédio de projeção de fluxo de caixa descontado pelo prazo de dez anos para fins de fundamentação do valor registrado contabilmente, haja vista o longo período de maturação dos investimentos em infraestrutura e construção civil. Os respectivos fluxos são descontados por taxa média de desconto, obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, levando em consideração o custo médio ponderado de capital (WACC). Em função desse estudo, a Administração estima que o valor justo do investimento na Rohr em 31 de dezembro de 2016 é de R\$75,1

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

milhões, (R\$61,2 milhões em 31 de dezembro de 2015). A variação do valor justo, de R\$13,9 milhões, menos o efeito do imposto de renda e contribuição social diferidos de R\$4,8 milhões foi registrada no Patrimônio Líquido da Companhia como ajuste de avaliação patrimonial (R\$9,1 milhões).

Adicionalmente, no 4T16 foi constituído uma provisão para redução ao valor recuperável no valor de R\$3,9 milhões em benfeitorias de terceiros, como consequência do projeto de desmobilização das filiais de Osasco, Campinas e Ribeirão Preto da unidade de negócio Construção, já que as referidas benfeitorias nessas filiais, não se realizarão no prazo contratual inicialmente esperado.

Prejuízo Operacional

O resultado operacional antes do resultado financeiro passou de um prejuízo de R\$65,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para prejuízo de R\$118,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. O aumento do prejuízo é reflexo principalmente da queda da receita líquida em ambas as unidades de negócio.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro foi negativo em R\$26,3 milhões em 2016, uma melhora de 58,4% em relação ao ano anterior. Este resultado foi devido ao rendimento das aplicações dos recursos captados através do aumento de capital, homologado em abril, e da menor despesa financeira. As despesas incorridas durante o aumento de capital não impactaram o resultado, porém, as aplicações impactaram positivamente em R\$14,3 milhões nosso resultado financeiro.

Imposto de renda e contribuição social

As despesas com imposto de renda e contribuição social passaram de um valor positivo de R\$30,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para um valor positivo de R\$45,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, derivado do IR diferido. A alíquota efetiva foi de 31% em 2016, versus 24% em 2015.

Lucro Líquido do Exercício

No ano de 2016 registramos prejuízo de R\$99,4 milhões, contra prejuízo de R\$97,8 milhões em 2015. A variação em relação ao ano anterior é explicada pelo menor resultado operacional, parcialmente compensado pelo efeito positivo do imposto de renda diferido e do resultado financeiro.

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2015 comparado com exercício findo em 31 de Dezembro de 2014

Receita Líquida de Vendas e Serviços

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, a receita líquida de vendas e serviços da Companhia atingiu R\$576,1 milhões. Em relação ao exercício de 2014, houve redução de R\$218,1 milhões, ou 27,9%. Esta diminuição provém principalmente de menores receitas de locação, que contribuíram com 82% da redução. A análise dos diretores da Companhia quanto aos fatores que levaram a estas alterações é apresentada a seguir.

Em setembro de 2015 a gestão comercial de Infraestrutura e Edificações foi unificada em uma só diretoria. As diretorias Operacional e de Engenharia também foram consolidadas. Como resultado, as unidades de negócio Infraestrutura e Edificações passam a ser reportadas de forma unificada, agora chamadas de "Construção". Continuaremos acompanhando as receitas de Infraestrutura e Edificações em separado, dadas as diferentes dinâmicas de cada mercado.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Infraestrutura: A receita líquida da unidade de negócio Infraestrutura totalizou R\$ 165,7 milhões em 2015, com queda de 21,5% em relação ao ano anterior. Os diretores da Companhia atribuem esta redução à queda de 24,1% na receita de locação, como consequência do menor número de contratos.

Edificações: A receita líquida da unidade de negócio Edificações somou R\$117,2 milhões em 2015, queda de 44,8% em relação a 2014, negativamente impactada pelas reduções de 55,8% da receita de vendas e 40,9% na receita de locação. 78% das vendas de equipamentos de seminovos em 2014 foi referente ao produto Easysset. Os diretores da Companhia atribuem esta redução a uma deterioração do mercado imobiliário no Brasil, influenciado pelas incertezas políticas e econômicas, pelas maiores taxas de juros e pelo enfraquecimento da atividade econômica.

Rental: A receita líquida da unidade de negócio Rental totalizou R\$293,2 milhões em 2015, sendo 20,9% inferior à de 2014, sendo que a redução da receita de locação é responsável por 90% da variação. Na avaliação dos diretores da Companhia a queda está associada à retração do mercado, com consequente aumento da ociosidade e pressão no preço.

Custos dos produtos vendidos e serviços prestados e despesas gerais e administrativas

A tabela abaixo mostra os custos dos produtos vendidos e serviços prestados abertos da Companhia por natureza nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014 e 2015.

Valores em R\$ milhões	2015			2014			Variação 2015 x 2014		
	Custos direto obras e locação	Despesas gerais e administrativas e outras	Total	Custos direto obras e locação	Despesas gerais e administrativas e outras	Total	Custos direto obras e locação	Despesas gerais e administrativas e outras	Total
Pessoal	(74,2)	(97,6)	(171,8)	(63,0)	(113,3)	(176,4)	(11,2)	15,7	4,5
Terceiros	(4,9)	(20,5)	(25,4)	(6,5)	(28,2)	(34,7)	1,6	7,7	9,3
Frete	(12,1)	(3,3)	(15,4)	(16,3)	(0,6)	(16,9)	4,2	(2,7)	1,5
Material construção/ manutenção e reparo	(42,3)	(5,8)	(48,2)	(44,5)	(7,0)	(51,5)	2,2	1,2	3,3
Aluguel de equipamentos e outros	(5,8)	(19,5)	(25,4)	(5,3)	(18,2)	(23,6)	(0,5)	(1,3)	(1,8)
Viagem	(2,4)	(6,4)	(8,8)	(3,8)	(10,5)	(14,3)	1,4	4,1	5,5
Custo das mercadorias vendidas	(34,7)	-	(34,7)	(53,2)	-	(53,2)	18,5	-	18,5
Depreciação e amortização	(151,9)	(17,7)	(169,6)	(152,9)	(15,4)	(168,3)	1,0	(2,3)	(1,4)
Baixa de ativos	(12,8)	-	(12,8)	(13,7)	-	(13,7)	0,9	-	0,9
Provisão para devedores-PDD	-	(38,2)	(38,2)	-	(42,3)	(42,3)	-	4,1	4,1
Plano de ações	-	(9,6)	(9,6)	-	(9,5)	(9,5)	-	(0,1)	(0,1)
Provisões	-	(4,4)	(4,4)	-	(2,5)	(2,5)	-	(1,9)	(1,9)
Atualização provisões	-	-	-	-	0,1	0,1	-	(0,1)	(0,1)
Provisões por perdas estimadas por valor não recuperável	-	(57,1)	(57,1)	(3,2)	(26,3)	(29,5)	3,2	(30,8)	(27,6)
Outros	(2,6)	(17,6)	(20,2)	-	-	-	(2,6)	(17,6)	(20,2)
Total custos e despesas	(343,8)	(297,9)	(641,7)	(362,4)	(273,8)	(636,2)	18,6	(24,1)	(5,5)

A tabela abaixo mostra os custos dos produtos vendidos e serviços prestados e despesas gerais e administrativas da Companhia, sem considerar os efeitos da depreciação, abertos por unidade de negócio nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014 e 2015.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de

2015 x 2014

	2014	(%) ¹	2015	(%) ¹	Var. (%) ⁽²⁾
(em milhões de reais, exceto porcentagens)					
Construção	(284,4)	60,8%	(281,6)	59,6%	-1,0%
Infraestrutura	(122,1)	26,1%			
Edificações	(162,3)	34,7%			
Rental	(174,1)	37,2%	(160,6)	34,0%	-7,8%
Outros	(9,5)	2,0%	(30,9)	6,4%	216,0%
Total	(468,0)	100,0%	(472,0)	100,0%	0,9%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

(1) Participação percentual da unidade de negócio no total de nossos custos dos produtos vendidos e serviços prestados e despesas gerais e administrativas, sem considerar os efeitos da depreciação, no período.

(2) Aumento (redução) do total registrado de um período para o outro.

N.A. – Não aplicável

Os custos dos produtos vendidos e serviços prestados e das despesas gerais e administrativas da Companhia, sem considerar os efeitos da depreciação, passaram de R\$ 468,0 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 472,0 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2015, um aumento de R\$ 4,1 milhões, ou 0,9%. Excluindo a despesa com *impairment* na unidade Construção de R\$ 30,9 milhões, o total dos custos teria sido de R\$441,1 milhões, 5,7% menor que o valor reconhecido em 2014.

A depreciação dos bens utilizados na prestação dos serviços, que é integrante dos custos dos produtos vendidos e serviços prestados, aumentou, passando de R\$ 168,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 169,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, mantidos os prazos médios de depreciação de 10 anos.

A relação entre as despesas operacionais, gerais e administrativas da Companhia em relação à receita operacional líquida passou de 27,1%, em 2013, para 34,5%, em 2014, e para 41,8%, em 2015.

Lucro Operacional

O lucro operacional antes do resultado financeiro passou de R\$ 157,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 para prejuízo de R\$ 65,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015. A redução deve-se às despesas de *impairment* da unidade Construção e do investimento na Rohr no valor total de R\$ 57,1 milhões, e à queda na receita líquida de locação.

Resultado Financeiro

A despesa financeira líquida passou de R\$ 67,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 63,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, representando uma diminuição de R\$ 4,5 milhões. A dívida bruta da Companhia, que, em 31 de dezembro de 2014, era de R\$ 745,4 milhões, passou para R\$ 620,8 milhões em 31 de dezembro de 2015.

Imposto de renda e contribuição social

As despesas com imposto de renda e contribuição social passaram de R\$ 26,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 para um valor positivo de R\$ 30,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, derivado do IR diferido. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia não apurou resultado tributável de imposto de renda e contribuição social. Os valores antecipados durante o exercício de 2015 e retidos na fonte sobre notas fiscais e aplicações financeiras compõem o saldo negativo de IRPJ e CSLL que será utilizado durante o exercício de 2016. A alíquota efetiva foi de 24%.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, a Companhia deduziu do imposto de renda e contribuição social o montante de R\$8,5 milhões, em decorrência do provisionamento de juros sobre o capital próprio para distribuição de parte dos resultados do exercício, enquanto que no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 essa dedução totalizou R\$14,6 milhões. Além disso, a alíquota efetiva de 2014 foi de 28,9%, após ajuste das despesas não dedutíveis, ante 28,2% em 2013.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Lucro Líquido do Exercício

O lucro líquido do exercício passou de R\$ 64,3 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, para prejuízo de R\$ 97,8 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015.

Em 2015, o lucro foi negativamente impactado por efeitos não recorrentes no valor de R\$ 82,7 milhões, referentes a (i) R\$ 8,6 milhões de indenizações da reestruturação, (ii) R\$ 12,9 milhões em despesas de PDD relacionada às investigações da Operação Lava Jato, e (iii) R\$ 0,4 milhão relacionadas à mudança/fechamento de filial.

Em 2014, o lucro líquido foi negativamente impactado por efeitos não recorrentes no valor de R\$ 21,7 milhões, referentes a (i) R\$ 7,1 milhões em pagamento de indenizações relacionadas à unidade de negócio Serviços Industriais, cujos eventos ocorreram anteriores à conclusão da venda, porém a solicitação de indenização ocorreu em 2014; (ii) R\$ 12,3 milhões em ajustes de custos relacionados às formas Easy Set, por maior consumo de matéria prima dos fabricantes do que a especificação técnica e por venda como sucata de equipamento customizado no final de contrato de locação; e (iii) R\$ 2,3 milhões referentes a provisões e ajustes de custos dos estoques de matérias-primas e de mercadorias para revenda. Também contribuíram para um menor lucro líquido em 2014 a ampliação nos montantes de depreciação (R\$ 37,3 milhões) e de resultado financeiro negativo (R\$ 20,8 milhões).

Saldo em 31 de Dezembro de 2016 comparado com o saldo em 31 de Dezembro de 2015

Ativo Circulante

O ativo circulante passou de R\$435,5 milhões, em 31 de dezembro de 2015, para R\$472,3 milhões, em 31 de dezembro de 2016, um aumento de R\$36,7 milhões, ou 8,4%. As principais variações, na avaliação da diretoria da Companhia, foram:

- Aumento no caixa e equivalentes de caixa, de R\$98,7 milhões, influenciado pelo aumento de capital no valor de R\$125 milhões, homologado em abril de 2016;
- Redução no contas a receber de R\$33,9 milhões, como consequência da menor receita líquida; e
- Redução de R\$20,7 milhões na conta de estoques - outros ativos mantidos para venda, como consequência do contrato de venda de equipamentos motorizados de acesso.

Ativo Não Circulante

O ativo não circulante passou de R\$90,4 milhões, em 31 de dezembro 2015, para R\$98,8 milhões, em 31 de dezembro de 2016, um aumento de R\$8,4 milhões, ou 9,3%.

Investimento - Ativo financeiro disponível para venda

O investimento – ativo financeiro disponível para venda passou de R\$61,2 milhões, em 31 de dezembro 2015, para R\$75,1 milhões, em 31 de dezembro de 2016, um aumento de R\$13,9 milhões, ou 22,6%, relativo ao ajuste do valor recuperável reconhecido no investimento da Rohr.

Durante o exercício de 2016, a Companhia fez a revisão do valor justo do instrumento financeiro relativo ao investimento na Rohr por meio de estudo interno. O valor justo desse ativo foi determinado com base em projeções econômicas de mercado, pela abordagem de renda, por intermédio de projeção de fluxo de caixa descontado pelo prazo de dez anos, para fins de fundamentação do valor registrado contabilmente, haja vista o longo período de maturação dos investimentos em infraestrutura e construção civil. Para a projeção do volume, a Administração considerou no estudo a expectativa de crescimento de investimentos em grandes obras, fornecida por uma consultoria especializada no segmento e a retomada do ciclo de crescimento de investimentos em infraestrutura e construção civil no país. A receita foi projetada com base no Índice Nacional de Custo da Construção (INCC), e, para os custos e as despesas, o indicador

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

considerado foi o Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA). Também foi considerada a necessidade de capital de giro e investimentos para manutenção do ativo testado. Os respectivos fluxos foram descontados por taxa média de desconto de 14,20%, incluindo prêmio por tamanho de 0,30%, obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, levando em consideração o custo médio ponderado de capital (WACC).

Em função desse estudo, a Administração estima que o valor justo do investimento na Rohr em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 75,1 milhões (R\$ 61,2 milhões em 31 de dezembro de 2015). A variação do valor justo foi registrada no Patrimônio Líquido da Companhia como ajuste de avaliação patrimonial, líquido do efeito do imposto de renda e da contribuição social diferidos, em 31 de dezembro de 2016.

Imobilizado

O ativo imobilizado passou de R\$1.004,1 milhões, em 31 de dezembro de 2015, para R\$821,2 milhões, em 31 de dezembro de 2016, uma redução de R\$182,9 milhões, ou 18,2%.

Intangível

O ativo intangível passou de R\$46,8 milhões, em 31 de dezembro de 2015, para R\$43,4 milhões, em 31 de dezembro de 2016.

Passivo Circulante

O passivo circulante passou de R\$218,9 milhões, em 31 de dezembro de 2015, para R\$193,8 milhões, em 31 de dezembro de 2016, uma redução de R\$25,1 milhões ou 11,5%, como consequência principalmente da amortização das debêntures.

Passivo Não Circulante

O passivo não circulante passou de R\$456,8 milhões, em 31 de dezembro de 2015, para R\$319,0 milhões, em 31 de dezembro de 2016, uma diminuição de R\$137,8 milhões, ou 30,2%. O principal impacto dessa variação foi a amortização das debêntures.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido passou de R\$962,2 milhões, em 31 de dezembro de 2015, para R\$997,9 milhões, em 31 de dezembro de 2016, um aumento de R\$ 97,2 milhões, ou 3,7%. Na avaliação da diretoria da Companhia, os principais fatores desse aumento foram:

- Aumento de R\$125 milhões na conta de capital social, como resultado do aumento de capital homologado em abril de 2016; e
- redução de R\$ 99,4 milhões na conta de reservas de lucros, como resultado da redução do lucro.

Saldo em 31 de Dezembro de 2015 comparado com o saldo em 31 de Dezembro de 2014

Ativo Circulante

O ativo circulante passou de R\$ 425,3 milhões, em 31 de dezembro de 2014, para R\$ 435,5 milhões, em 31 de dezembro de 2015, um aumento de R\$ 10,2 milhões, ou 2,4%. As principais variações, na avaliação da diretoria da Companhia, foram:

- Aumento no caixa e equivalentes de caixa, de R\$ 38,4 milhões, pelo aumento da liquidez, proveniente principalmente da redução no ritmo de investimentos em equipamentos de locação e vendas;

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- Aumento na conta ativos mantidos para venda em R\$ 20,7 milhões, resultado do contrato de venda da unidade Rental;
- Aumento nos tributos a recuperar, de R\$ 10,8 milhões;
- Redução no contas a receber de R\$ 54,8 milhões, incluindo venda de investida, como consequência da menor receita líquida; e
- Redução nos estoques, de R\$ 3,4 milhões.

Ativo Não Circulante

O ativo não circulante passou de R\$ 103,7 milhões, em 31 de dezembro 2014, para R\$ 90,4 milhões, em 31 de dezembro de 2015, uma diminuição de R\$ 13,3 milhões, ou 12,9%.

Investimento

O investimento passou de R\$ 87,4 milhões, em 31 de dezembro 2014, para R\$ 61,2 milhões, em 31 de dezembro de 2015, uma diminuição de R\$ 26,2 milhões, ou 30,0%, relativo ao impairment reconhecido no investimento da Rohr.

Imobilizado

O ativo imobilizado passou de R\$ 1.200,1 milhões, em 31 de dezembro de 2014, para R\$ 1.004,1 milhões, em 31 de dezembro de 2015, uma redução de R\$ 196,1 milhões, ou 16,3%.

Intangível

O ativo intangível passou de R\$ 76,1 milhões, em 31 de dezembro de 2014, para R\$ 46,8 milhões, em 31 de dezembro de 2015.

No início de 2014, a Companhia concluiu a implantação do SAP unificando e padronizando seus sistemas de informação visando a colocar um novo nível de eficiência em seus controles internos, principalmente os operacionais e financeiros.

Passivo Circulante

O passivo circulante passou de R\$ 221,2 milhões, em 31 de dezembro de 2014, para R\$ 218,9 milhões, em 31 de dezembro de 2015, uma redução de R\$ 2,3 milhões. Os principais fatores que levaram a tal variação, na avaliação da diretoria da Companhia, foram:

- aumento de R\$ 81,3 milhões no saldo de debêntures de curto prazo, em decorrência da reclassificação da primeira parcela da 2ª emissão do longo para o curto prazo;
- redução de R\$ 46,5 milhões, no saldo de empréstimos e financiamentos de curto prazo, em decorrência de reclassificação de longo para curto prazo referente à parcela de dívida a ser liquidada em 2015;
- redução de R\$ 21,8 milhões no saldo de dividendos e juros sobre capital próprio, pois não distribuimos dividendos ou juros sobre capital próprio em 2015; e
- redução de R\$ 9,7 milhões na conta fornecedores, decorrente da redução de aquisições a prazo de equipamentos de locação, do imobilizado.

Passivo Não Circulante

O passivo não circulante passou de R\$612,1 milhões, em 31 de dezembro de 2014, para R\$ 456,8 milhões, em 31 de dezembro de 2015, uma diminuição de R\$ 155,3 milhões, ou 25,4%. Na avaliação da diretoria da Companhia, os principais fatores que levaram tal variação foram:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- redução de R\$ 156,5 milhões no saldo de debêntures de longo prazo em decorrência da reclassificação da terceira parcela da 1ª emissão das debêntures, da primeira parcela da 2ª emissão do longo para o curto prazo e também da captação da terceira emissão de debêntures.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido passou de R\$1.059,4 milhões, em 31 de dezembro de 2014, para R\$ 962,2 milhões, em 31 de dezembro de 2015, uma diminuição de R\$ 97,2 milhões, ou 9,2%. Na avaliação da diretoria da Companhia, os principais fatores desse aumento foram:

- redução de R\$ 97,8 milhões na conta de reservas de lucros, como resultado da redução do lucro.

FLUXO DE CAIXA

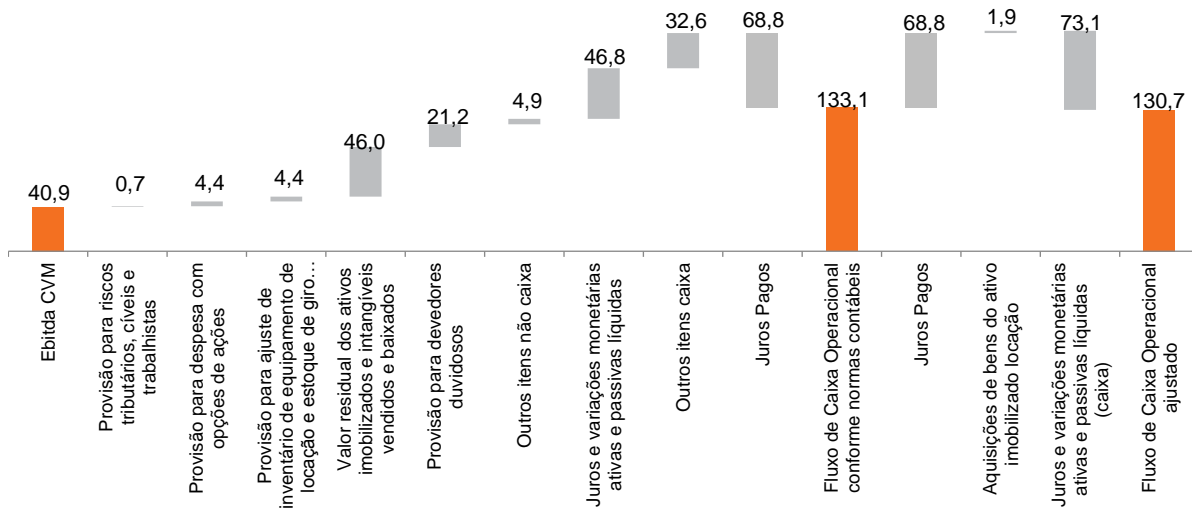
	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2014	2015	2016
	<i>(em milhões de reais)</i>		
Caixa gerado pelas atividades operacionais	120,9	200,3	133,1
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades de investimento	(4,7)	2,1	17,6
Caixa líquido proveniente (consumido) das atividades de financiamento	51,7	(164,1)	(52,0)
Aumento (diminuição) das disponibilidades.....	167,9	38,4	98,7

Em 2015 a Companhia alterou a contabilização de aquisição de bens do ativo imobilizado de locação em seu fluxo de caixa, passando de atividades de investimento para atividades operacionais. Os valores do fluxo de caixa de 2016, 2015 e 2014 já refletem essa mudança. A principal razão é que a Companhia considera como atividades operacionais as vendas de bens do ativo imobilizado, e, assim sendo, a DFC deve refletir essa realidade.

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais

Nos exercícios de 2013, 2014 e 2015, a Companhia teve resultado operacional de R\$120,9 milhões, R\$200,3 milhões e R\$133,1 milhões, respectivamente.

Como atualmente EBITDA da Companhia está muito distante da geração de caixa operacional, apresentamos reconciliação do EBITDA com o fluxo de caixa operacional ajustado pelas variações monetárias ativas e passivas líquidas, investimentos em bens de locação e juros pagos. Consideramos que para o EBITDA ser uma boa Proxy do fluxo de caixa operacional da Companhia precisamos excluir algumas provisões e a baixa de ativos, que são valores relevantes. As barras indicadas em cinza indicam as variações entre anos.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento**

Os investimentos brutos em imobilizado para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2015 e 2016 totalizaram R\$186,7 milhões, R\$21,3 milhões, e R\$3,3 milhões respectivamente.

Dada a baixa utilização, os investimentos de locação são necessários apenas em função de composição do mix, atrelado a receita de indenização e recuperação de despesas e troca de mix

Os investimentos em imobilizado realizados em 2014, 2015 e 2016 estão apresentados abaixo:

	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2014	2015	2016
	(em milhões de reais)		
Investimentos brutos, antes de créditos de PIS e COFINS.....	(186,7)	(21,3)	(3,3)
Investimento bruto total.....	(186,7)	(21,3)	(3,3)
Créditos de PIS e COFINS	18,2	1,0	0,3
Investimentos líquidos.....	(168,5)	(20,3)	(3,0)

Os investimentos brutos em bens intangíveis para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2015 e 2016 totalizaram R\$12,4 milhões, R\$6,9 milhões e R\$2,2 milhões, respectivamente.

Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2014	2015	2016
	<i>(em milhões de reais)</i>		
Aporte de capital	10,1	-	125,0
Custo com emissão de ações.....	-	-	(3,4)
Aquisição de ações em tesouraria	(11,0)	(8,7)	-
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(46,7)	(21,8)	-
Amortização de empréstimos.....	(300,6)	(133,5)	(173,66)
Ingressos de empréstimos e debêntures.....	400,0	-	-

Estão incluídos nesta rubrica, os novos empréstimos, bem como as amortizações de principal e pagamentos de juros incidentes sobre os empréstimos existentes, além dos aportes de capital e pagamento de dividendos.

Em 2014, a Companhia realizou uma emissão de notas promissórias, em abril, no montante de R\$200 milhões, e a sua terceira emissão de debêntures, em maio, no montante de R\$ 200 milhões, que foram utilizados para pagar integralmente, em junho, as notas promissórias emitidas em abril, conforme se descreve abaixo.

Em 11 de abril 2014 foram emitidas pela Companhia, em série única, 20 notas promissórias comerciais com valor nominal unitário de R\$10 milhões, perfazendo um montante de R\$200 milhões, com vencimento em 08 de agosto de 2014. Sobre o valor unitário das notas promissórias incidiram juros remunerados correspondentes a 106% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI's. A Companhia, em 18 de junho de 2014, pagou, integralmente, essas notas promissórias com os recursos da sua terceira emissão de debêntures.

Em 2014, a Companhia captou R\$200,0 milhões através da sua terceira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, em série única da espécie quirografária no valor nominal unitário de R\$10,00. As debêntures têm vencimento em maio de 2019 e remuneração de 108,75% do CDI, com pagamentos semestrais de juros e amortização em três parcelas anuais e sucessivas sendo o primeiro vencimento em 30 de maio de 2017. Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a terceira emissão de debêntures foram integralmente utilizados para a quitação integral das notas promissórias comerciais da quarta emissão no valor de R\$200 milhões, emitidas em 11 de abril de 2014.

Em 5 de fevereiro de 2016 o Conselho de Administração aprovou a realização de um aumento de capital social da Companhia, com a possibilidade de homologação parcial por meio da emissão, para subscrição privada de, no mínimo, 40.089.472 e, no máximo, 47.528.517 novas ações ordinárias, ao preço de emissão de R\$2,63 por ação, totalizando o valor de, no mínimo, R\$105.4 milhões e, no máximo, R\$125 milhões. O preço fixado considerou a média das cotações de fechamento diárias ponderada pelo volume de negociação nos pregões realizados na BM&FBOVESPA entre 27 de novembro de 2015 (inclusive) e 4 de fevereiro de 2016 (inclusive). O direito de preferência para subscrição dessas novas ações foi assegurado aos acionistas da Companhia com posição de fechamento do dia 11 de fevereiro de 2016, na proporção da quantidade de ações de que forem titulares nesse dia.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em razão de ter sido atingido o montante máximo de subscrições do aumento de Capital, foi realizada, em 19 de abril de 2016, Reunião do Conselho de Administração da Companhia para aprovar sua homologação, com a emissão de 47.528.517 novas ações ordinárias, no valor total de R\$125 milhões. Com a homologação, o capital social da Companhia passou a ser de R\$688 milhões dividido em 175.586.442 ações ordinárias.

Em 7 de abril de 2016 os acionistas controladores da Companhia, Família Nacht, celebraram um Acordo de Acionistas com o Fundo de Investimento em Participações Axxon Brazil Private Equity Fund II (Axxon). O acordo prevê, entre outras disposições, cláusulas relativas (i) ao exercício de voto e poder de controle; (ii) à indicação de administradores e membros de comitês; (iii) à transferência de ações e preferência para adquiri-las; e (iv) à restrição ou vinculação do direito de voto de membros do conselho de administração.

Em 20 de julho de 2016, a Axxon se tornou titular de 7% do capital social da Companhia, adquirindo como consequência aos direitos políticos previstos no acordo de acionistas. Em 16 de janeiro de 2017 a Axxon não se tornou titular de ações que representassem 13% do capital social da Companhia, não atendendo, portanto, às condições previstas na Cláusula 3.2.2 do acordo de acionistas celebrado em 7 de abril de 2016 entre a Axxon e os acionistas controladores da Companhia dentro do prazo previsto na cláusula mencionada acima, que se esgotou nessa data. Consequentemente, a Axxon deixou de fazer jus em caráter definitivo aos direitos políticos previstos nas Cláusulas 4.4, 4.5, 11.3.2 e 11.5 do acordo de acionistas.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2 Os diretores devem comentar sobre

a. **Resultados das operações da Companhia, em especial:**

(i) *Descrição de quaisquer componentes importantes da receita*

Receita Líquida de Vendas e Serviços

Os diretores acreditam que a Companhia é um dos maiores prestadores de serviços especializados de engenharia, a líder no fornecimento de formas de concretagem e estruturas tubulares e no aluguel de equipamento motorizado de acesso no mercado brasileiro.

Todos estes setores são diretamente afetados pelas alterações nas condições macroeconômicas no Brasil, especialmente crescimento do produto interno bruto – PIB, taxas de juros, inflação, disponibilidade de crédito, nível de desemprego, taxas de câmbio e preços de *commodities*; os últimos por afetarem os custos de equipamentos que a Companhia utiliza em suas atividades. Consequentemente, estes fatores afetam, indiretamente, suas operações e resultados.

A receita líquida de vendas e serviços da Companhia é integralmente denominada em reais e provém de locação de equipamentos, vendas de equipamentos, serviços de assistência técnica e indenizações, que compreendem a cobrança por equipamentos não devolvidos ou danificados por seus clientes. A tabela a seguir apresenta a participação de cada uma destas categorias no total de sua receita líquida de bens e serviços nos períodos indicados:

Receita líquida por tipo: valores em R\$ milhões	2014	Part %	2015	Part %	2016	Part %
Receita Líquida Total	794,2	100,0%	576,1	100,0%	396,6	100,0%
Locação	663,3	83,5%	484,4	84,1%	312,3	78,7%
Vendas Novos	45,7	5,8%	24,8	4,3%	8,0	2,0%
Vendas Seminovos	34,8	4,4%	29,1	5,0%	41,8	10,5%
Assistência técnica	8,1	1,0%	7,9	1,4%	8,2	2,1%
Indenização e Recuperação de Despesas	42,3	5,3%	29,9	5,2%	26,3	6,6%

(ii) *Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais*

Custos dos Produtos Vendidos e Serviços Prestados e Despesas Operacionais, Gerais e Administrativas

Os principais custos dos produtos vendidos e serviços prestados são custos de execução de obras, que incluem aqueles relativos a (i) pessoal para montagem e desmontagem dos bens próprios locados, quando feitas pela Companhia; (ii) equipamentos sublocados de terceiros, quando o estoque é insuficiente para atender à demanda; (iii) despesas com materiais consumidos nas obras, desde equipamentos de proteção individual (EPIs) até madeira, tintas e isolantes térmicos; e (iv) fretes de transporte de equipamento entre unidades e eventualmente para os clientes. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2015 e 2016, custos de execução de obras representaram, respectivamente, 43,9%, 45,1% e 46,0% do total dos custos dos produtos vendidos e serviços prestados da Companhia, excluindo depreciação.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

As principais despesas operacionais, gerais e administrativas são despesas com coordenação de contratos, que compreendem aquelas relativas às equipes de projetos e de engenheiros da área comercial responsáveis pela gestão e acompanhamento de cada um dos contratos da Companhia, incluindo salários, encargos e benefícios, sendo as demais referentes a despesas com viagens, representações e comunicação. Outras despesas operacionais, gerais e administrativas relevantes incluem: (i) despesas administrativas, que compreendem aquelas incorridas com a área financeira, de relações com investidores, recursos humanos e presidência, inclusive salários e benefícios, (ii) participação dos empregados nos resultados e despesas com planos de opções de compra de ações, e (iii) outras despesas administrativas, que compreendem, principalmente, atualizações e ajustes de provisões para contingências.

O montante de PDD representou 5,3% da receita líquida em 2016, ante 6,6% em 2015, e 5,3% em 2014.

Resultado Financeiro

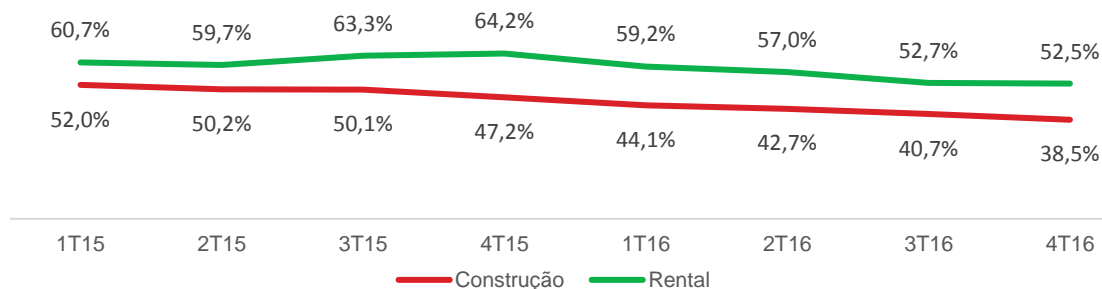
O resultado financeiro compreende o total das despesas financeiras da Companhia, líquido do total das receitas financeiras da Companhia. As principais despesas financeiras são juros sobre debêntures, empréstimos, arrendamento mercantil e a contrapartida dos ajustes a valor presente do contas a receber de curto e longo prazo proveniente da venda dos equipamentos da antiga Divisão de Eventos. As principais receitas financeiras correspondem aos rendimentos das aplicações financeiras, dividendos e juros sobre títulos eventualmente pagos em atraso pelos clientes da Companhia.

O resultado financeiro líquido foi negativo em R\$ 67,6 milhões, R\$ 63,1 milhões e R\$26,3 milhões em 2014, 2015 e 2016, respectivamente.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

As receitas da Companhia têm correlação direta com variações de preço e volumes dos equipamentos locados aos seus clientes. A introdução de novos produtos e serviços também impacta diretamente a receita. Quanto à inflação, sua correlação com a receita da Companhia é indireta, na medida em que os reajustes só ocorrem na renovação ou no fechamento de novos contratos, refletindo a inflação passada. Quanto à flutuação de taxas de câmbio, atualmente a receita da Companhia não tem correlação com a mesma, ressalvado que os equipamentos da unidade de negócio Rental são importados e, conseqüentemente, têm seu custo de aquisição em moeda estrangeira. Sendo assim, no futuro, a receita de locação desta unidade de negócio poderá ser influenciada por eventual variação de taxas de câmbio.

Segue abaixo evolução da taxa de utilização física das unidades de Construção e Rental:



10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro***c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, quando relevante***

As operações e resultados da Companhia são diretamente impactados por variações de (i) taxas de inflação, cujos índices são utilizados para reajuste dos contratos de longo prazo da Companhia; (ii) taxas de juros, que afetam o endividamento sujeito a juros flutuantes da Companhia; e (iii) preços de materiais consumidos nas obras ou na manutenção dos equipamentos da Companhia.

As despesas da Companhia estão sujeitas a impactos decorrentes da inflação via reajustes salariais de seu pessoal, do aumento de valor dos serviços que contrata, tais como fretes, dos insumos que utiliza na prestação dos serviços e das despesas financeiras relativas às debêntures com juros atrelados à variação acumulada do IPCA. Além disso, os equipamentos nos quais a Companhia investe para utilizar em sua prestação de serviços, também estão sujeitos a aumentos por inflação e por variação do preço das *commodities*, principalmente aço e alumínio. No caso da unidade de negócio Rental, os equipamentos utilizados aumentam de preço em função da oscilação do câmbio, pois são importados.

O endividamento da Companhia está sujeito a taxas de juros flutuantes, especialmente Taxa CDI, IPCA e TJLP. Existe o risco de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures captados no mercado.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

10.3 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras da Companhia e em seus resultados

a. *Introdução ou alienação de segmento operacional*

Em 2013, a Companhia alienou sua unidade de negócio Serviços Industriais, conforme descrito no item (b) abaixo. A Companhia não realizou nenhuma introdução ou qualquer outra alienação de segmento operacional nos exercícios sociais de 2014, 2015 e 2016.

b. *Constituição, aquisição ou alienação de participação societária*

Venda da unidade de negócio Serviços Industriais

A Companhia celebrou em 10 de julho de 2013, acordo para as vendas de ativos e passivos de sua unidade de negócio Serviços Industriais para o FIP Leblon Equities Partners V, fundo gerido pela Leblon Equities Gestão de Recursos Ltda, por meio de sua controlada Albuquerque Participações Ltda. O preço de venda, definido em 31 de maio de 2013, data base da negociação, foi de R\$102.000.

Essa venda foi feita em linha com a estratégia da Companhia de concentrar-se nos negócios onde as suas competências são capazes de gerar maior valor para seus acionistas e clientes. Desta forma, a Companhia deixou de operar no setor de Serviços Industriais, no qual eram oferecidos serviços de acesso, pintura industrial, tratamento de superfície e isolamento térmico, tanto na fase de construção, quanto na fase de manutenção de grandes plantas industriais.

A operação foi fechada em 30 de novembro de 2013, teve lucro líquido de R\$8,3 milhões. Do valor de venda acordado de R\$102 milhões, (i) R\$25 milhões foram pagos na data de assinatura do contrato, em julho de 2013; (ii) R\$17 milhões foram pagos em abril de 2014, descontando R\$6,8 milhões deste valor, em razão de determinados ajustes acordados entre a compradora e a Companhia; e (iii) o saldo, no valor de R\$ 60 milhões, será pago em parcelas anuais corrigidas por CDI, desde julho de 2014 até julho de 2017. Esse desinvestimento está em linha com a estratégia da Mills de se concentrar em negócios nos quais as suas competências são capazes de gerar maior valor para seus acionistas e clientes.

c. *Eventos ou operações não usuais*

A Companhia não realizou operações não usuais nos exercícios sociais de 2014, 2015 e 2016, exceto conforme descrito acima.

Em 2015 a Companhia reconheceu *impairment* na unidade de negócio Construção e no investimento na Rohr, no valor de R\$ 57,1 milhões.

Aplicando as premissas do Pronunciamento Técnico CPC-01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Companhia realizou testes de recuperabilidade (*impairment*) sobre seus ativos. Após os referidos testes verificou-se a necessidade de constituição de provisão para perda no valor recuperável no montante de R\$26,2 milhões para o investimento feito na Rohr e R\$30,9 milhões para a Unidade Geradora de Caixa de Construção. Para os ativos da unidade de negócio Rental e demais ativos da Companhia não foram identificados a necessidade de se fazer testes de recuperabilidade.

O valor recuperável desses ativos foi determinado com base em projeções econômicas para determinação do valor de mercado da investida, pela abordagem de renda, através de projeção de fluxo de caixa descontado, num prazo de 10 anos para fins de fundamentação do valor pago, haja vista o longo período de maturação dos investimentos em infraestrutura e construção civil. As principais premissas foram: (i) as receitas foram projetadas com base nos dados históricos, bem como em perspectivas de crescimento do segmento e da economia brasileira; (ii) resultado operacional negativo em 2015, decorrente da redução de atividade do setor; (iii) a execução de programa contínuo de melhoria de produtividade e de redução de custos e despesas fará com que sua evolução seja inferior ao percentual de crescimento da receita; (iv) os respectivos fluxos são descontados

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

por taxa média de desconto, obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, levando em consideração o custo médio ponderado de capital (WACC); e (v) uma política de controle estrito na evolução do capital de giro, nos anos da projeção.

Em 2016 a Companhia passou a classificar o investimento na Rohr como ativo financeiro disponível para venda, sujeito, portanto à avaliação pelo valor justo e não mais como investimento avaliado pelo custo, sujeito a teste de impairment. O ajuste a valor justo é reconhecido como ajuste de avaliação patrimonial dentro do patrimônio líquido e o efeito líquido demonstrado na Demonstração de Resultados Abrangentes, nas demonstrações financeiras.

Durante o exercício de 2016, a Companhia fez a revisão do valor justo do instrumento financeiro relativo ao investimento na Rohr por meio de estudo interno. O valor justo desse ativo foi determinado com base em projeções econômicas de mercado para determinação do seu valor justo, pela abordagem de renda, por intermédio de projeção de fluxo de caixa descontado pelo prazo de dez anos, para fins de fundamentação do valor registrado contabilmente, haja vista o longo período de maturação dos investimentos em infraestrutura e construção civil. Para a projeção do volume, a Administração considerou no estudo a expectativa de crescimento de investimentos em grandes obras, fornecida por uma consultoria especializada no segmento e a retomada do ciclo de crescimento de investimentos em infraestrutura e construção civil no país. A receita foi projetada com base no Índice Nacional de Custo da Construção (INCC), e, para os custos e as despesas, o indicador considerado foi o Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA). Também foi considerada a necessidade de capital de giro e investimentos para manutenção do ativo testado. Os respectivos fluxos foram descontados por taxa média de desconto de 14,20%, incluindo prêmio por tamanho de 0,30%, obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, levando em consideração o custo médio ponderado de capital (WACC). Não foi considerada taxa de crescimento em termos reais na perpetuidade.

Em função desse estudo, a Administração estima que o valor justo do investimento na Rohr em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 75.052, (R\$ 61.200 em 31 de dezembro de 2015). A variação do valor justo foi registrada no Patrimônio Líquido da Companhia como ajuste de avaliação patrimonial, líquido do efeito do imposto de renda e da contribuição social diferidos, em 31 de dezembro de 2016.

Adicionalmente, no 4T16 foi constituído uma provisão para redução ao valor recuperável no valor de R\$3,9 milhões em benfeitorias de terceiros, como consequência do projeto de desmobilização das filiais de Osasco, Campinas e Ribeirão Preto da unidade de negócio Construção, já que as referidas benfeitorias nessas filiais, não se realizarão no prazo contratual inicialmente esperado.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

10.4 Os diretores devem comentar sobre

a. *Mudanças significativas nas práticas contábeis*

Novas normas e interpretações

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia não planeja adotar essas normas de forma antecipada.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A Companhia definiu metodologia para estabelecer credit ratings para seus clientes, que será o indutor da alteração do cálculo da PDD, cujo reflexo será reconhecido no balanço de abertura de 2018, para fins de atendimento ao IFRS 9 – Instrumentos Financeiros.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 exige que uma entidade reconheça o montante da receita refletindo a contraprestação que ela espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente nas IFRS e nos princípios de contabilidade geralmente aceitos nos Estados Unidos da América (U.S. GAAP) quando for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após

1º de janeiro de 2018. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia contratou consultoria especializada para diagnóstico das necessidades para adequação às normas do IFRS 15 – Receitas de Contratos com Clientes. A expectativa é ter esse diagnóstico e o plano de ação finalizados, durante o exercício de 2017.

IFRS 16 Leases (Arrendamentos)

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A nova norma vai substituir as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A nova norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16. A Companhia iniciará os estudos relativos à implantação do IFRS 16, a partir do quarto trimestre de 2017. Espera concluí-lo até o segundo trimestre de 2018, de modo a estar totalmente preparada para a implantação definitiva da nova norma a partir de 1º de janeiro de 2019.

Outras alterações

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Não se espera que as normas alteradas a seguir tenham impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações.

- Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulguem as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não houve alteração de práticas contábeis, métodos de cálculo, julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas nas demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2015 e 2016.

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não houve ressalvas ou ênfases no relatório dos auditores.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5 Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

As principais premissas relativas a fontes de incertezas nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são:

- Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros e investimento reconhecido a valor justo;
- Transações com pagamentos baseados em ações;
- Impostos;
- Valor justo dos instrumentos financeiros;
- Provisões para devedores duvidosos;
- Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas;
- Vida útil dos bens do imobilizado;
- Reconhecimento da receita.

A diretoria da Companhia apresenta, a seguir, uma discussão sobre o que considera como práticas contábeis relevantes para apresentação das informações financeiras da Companhia.

(i) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

(ii) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes no Brasil, na data da apresentação das demonstrações financeiras que são 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para o imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Periodicamente a administração avalia posições tomadas com relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras e sobre prejuízos fiscais e bases negativas. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável seja suficiente para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros sejam suficientes para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

(iii) Imobilizado: uso próprio e locação e uso operacional

Do imobilizado de locação e uso operacional provém a maior parte das receitas da Companhia, quer via aluguel somente, ou aluguel combinado com montagem e desmontagem.

O imobilizado de uso próprio consiste principalmente nas instalações para guarda dos equipamentos, escritório, benfeitorias, mobiliário e equipamentos necessários ao funcionamento destas instalações.

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também pode incluir transferências do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de hedge de fluxo de caixa qualificados como referentes à compra de imobilizado em moeda estrangeira.

Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas apresentadas na Nota 13, que levam em consideração a estimativa de vida útil-econômica dos bens. Terrenos não são depreciados.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado operacional.

O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados, a cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

(iv) Ágio

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver.

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de impairment. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

(v) Redução ao valor recuperável de ativos

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo, para esse fim a Companhia considera suas divisões como unidades geradoras de caixa. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável, pelo menos, uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso, sendo este último o método usado pela Companhia em seu teste de ágio reconhecível na unidade geradora de caixa "Construção". Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo ao qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

(vi) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

As provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas estão registradas pelo montante das perdas prováveis, observada a natureza de cada provisão (Nota 21). A Administração, apoiada na opinião dos seus consultores jurídicos, entende que as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com processos em andamento. As provisões são mensuradas pelo valor estimado dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, com o uso de uma taxa antes do imposto que reflita as avaliações atuais do mercado para o valor do dinheiro no tempo e para os riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa no resultado.

(vii) Planos de Opção de compra de ações

A Companhia oferece a determinados empregados e executivos planos de opção de compra de ações. O valor justo das opções concedidas é reconhecido como despesa, durante o período no qual o direito é adquirido; período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data do balanço, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições.

Esta reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, em contrapartida a reserva de capital no patrimônio líquido.

Os valores recebidos, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados no capital social, quando as opções são exercidas.

(viii) Reconhecimento de receita

A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base a medição das etapas de execução dos serviços realizados até a data-base do balanço.

A receita pela venda de mercadorias é reconhecida quando os riscos significativos e os benefícios de propriedade das mercadorias são transferidos para o comprador. A Companhia adota como política de reconhecimento de receita, portanto, a data em que o produto é entregue ao comprador.

A receita de locação é reconhecida pró-rata temporis no resultado mensalmente de forma linear de acordo com os contratos de locação de equipamentos, classificados como arrendamento operacional, não tendo recebimentos contingentes ou não canceláveis reconhecidos como receita durante a vigência do contrato.

A Companhia separa os componentes identificáveis de um único contrato ou de um grupo de contratos a fim de refletir a substância de um contrato ou de um grupo de contratos, reconhecendo a receita de cada um dos elementos de forma proporcional ao seu fair value. Desta forma a receita da Companhia se divide em locação, assistência técnica, vendas e indenizações/ recuperações de despesa.

A receita de juros é reconhecida em base proporcional ao tempo, levando em consideração o principal em

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

aberto e a taxa efetiva ao longo do período até o vencimento, quando se determina que essa receita será apropriada à Companhia.

A receita de dividendos de investimentos é reconhecida quando o direito do acionista de receber tais dividendos é estabelecido (desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade).

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre as vendas.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

10.6 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como: (i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos, (ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos, (iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços, (iv) contratos de construção não terminada, (v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

A Companhia não detém ativos e passivos relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras dos exercícios de 2014, 2015 e 2016.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Na avaliação dos diretores, não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia dos exercícios de 2014, 2015 e 2016.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

10.7 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

a. *como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia*

Na avaliação dos diretores, não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia dos exercícios de 2014, 2015 e 2016.

b. *natureza e o propósito da operação*

Na avaliação dos diretores, não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia dos exercícios de 2014, 2015 e 2016.

c. *natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação*

Na avaliação dos diretores, não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia dos exercícios de 2014, 2015 e 2016.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8 Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios da Companhia, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. Investimentos, incluindo: (i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos; (ii) fontes de financiamento dos investimentos; e (iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

A Companhia baliza sua política de investimentos de acordo com as perspectivas de demanda nos seus mercados de atuação, sua geração de caixa e a disponibilidade de crédito no mercado. Como forma de garantir os recursos necessários para a implementação do seu plano de investimentos, a Companhia instituiu uma reserva estatutária de expansão, para a qual os acionistas poderão destinar até 75% do lucro líquido ajustado, desde que a referida reserva não ultrapasse o limite de 80% do capital social subscrito da Companhia. A geração de caixa das operações normais da Companhia oriunda da retenção de lucros foi utilizada para financiar, parcialmente, os investimentos realizados em 2014, 2015 e 2016.

Nos anos de 2016 e 2015, como a Companhia apresentou prejuízo líquido, não houve constituição de reserva. Em 2014, o montante de R\$ 2,4 milhões foi destinado à referida reserva.

A seguir apresentamos quadro comparativo dos investimentos realizados em 2014, 2015 e 2016:

Valores em R\$ milhões	2016 (A)	2015 (B)	2014 (C)	(B)/(C)	(A)/(B)
Capex Total	5,5	28,2	199,1	-85,8%	-80,4%
Ativos para locação	1,9	11,7	166,5	-92,9%	-83,5%
Contrução	1,8	11,6	62,4	-81,5%	-84,3%
Rental	0,1	0,0	104,2	100,0%	695,2%
Corporativo e bens de uso	3,6	16,4	32,6	-49,5%	-78,1%

A Mills investiu R\$5,5 milhões em 2016, dos quais R\$1,9 milhão em equipamentos para locação, 83,5% inferior ao valor investido em 2015. Pela característica dos seus equipamentos, a Companhia pode manter baixo nível de investimento por alguns anos, caso necessário, sem redução da sua capacidade operacional.

Valores em R\$ milhões	2016 (C)	2015 (B)	2014 (A)	(B)/(C)	(A)/(B)
Resultado líquido venda de seminovos Construção	7,8	5,8	12,8	-54,8%	35,2%
Vendas de seminovos	15,6	9,1	17,2	-46,9%	71,2%
Custo de vendas de seminovos	(7,8)	(3,4)	(4,4)	-23,9%	132,8%
Resultado líquido venda de seminovos Rental	4,3	6,9	7,0	-1,5%	-38,1%

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

Vendas de seminovos	26,2	19,9	17,6	13,3%	31,3%
Custo de vendas de seminovos	(21,9)	(13,0)	(10,6)	23,0%	67,9%

Em 2016 a Mills vendeu R\$41,8 milhões em equipamentos seminovos, um crescimento de 43,8% quando comparado com 2015. Em 2016 foram vendidas 227 máquinas da Rental, destas, 209 foram para um contrato específico.

Como reflexo do nosso maior direcionamento para o mercado de não construção, uma das iniciativas da Companhia em 2017 é a adequação do mix de equipamentos da Rental. Com isso a Companhia tem a intenção de vender equipamentos da Rental com menor taxa de utilização e mais antigos, e adquirir equipamentos de menor porte.

A Companhia pretende financiar seus investimentos com (i) caixa gerado em suas próprias atividades, e (ii) endividamento. Para operações estratégicas, quando necessário, a Companhia pode recorrer ao capital dos seus acionistas ou de terceiros, mediante a emissão de ações.

Investimentos Orçados para 2017

Em 2017, visto que o mercado está retraído e que a Companhia reconheceu prejuízo de R\$99,4 milhões em 2016, o investimento total será baixo, na faixa de R\$30 a R\$35 milhões, para i) a adequação do mix da frota da unidade de negócio Rental, ii) acessórios para compor o mix de equipamentos de locação voltados para o mercado de Construção e iii) benfeitorias nas filiais e adequação da nova filial em Cotia, São Paulo.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

A Companhia não pretende realizar investimentos para aumentar a sua base de ativos em 2017.

c. Novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; e (iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

A diretoria da Companhia acredita que prover soluções inovadoras é uma marca constante de suas atividades e um aspecto essencial para fidelizar clientes. Nesse sentido, embora a Companhia não realize internamente atividades de pesquisa e desenvolvimento, visita anualmente as principais feiras nacionais e internacionais de equipamentos do setor industrial e de construção para conhecer as principais inovações tecnológicas disponíveis para a indústria em que a Companhia atua. Além disso, representantes da Companhia visitam as fábricas dos principais fabricantes, nacionais e internacionais, de equipamentos, bem como canteiros de obras no mundo todo para avaliar o funcionamento e a operação dos equipamentos de ponta disponíveis para aquisição.

A Companhia não desenvolve novos produtos e serviços, portanto, não incorre em gastos referentes à área de pesquisa e desenvolvimento. Grande parte da tecnologia e inovação presente nos equipamentos e oferecida aos clientes da Companhia provêm de seus fornecedores. A Companhia muitas vezes aperfeiçoa a tecnologia e adapta a cultura e

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

metodologia construtiva brasileira. Para isso, a Companhia busca adquirir ou licenciar novas tecnologias de terceiros em condições aceitáveis no mercado nacional e internacional, preferencialmente com fornecedores habituais com os quais a Companhia busca estabelecer parcerias de longo prazo. Como exemplo de tais parcerias, a Companhia formou, em 1996, uma associação com a empresa alemã NOE Schaltechnik, que lhe garantiu uma licença para manufaturar e distribuir as formas NOE, que eram constituídas por painéis modulares de aço e alumínio (em substituição à madeira), uma inovação no mercado brasileiro.

Com seu time de projetistas e engenheiros, a Companhia já desenvolveu internamente sistemas de especiais sem incorrer em investimentos significativos, como por exemplo o SM Mills.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9 Comentários sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não há outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional nos exercícios sociais de 2014, 2015 e 2016 e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Por ser uma empresa de serviços com público alvo principal bastante segmentado, os investimentos em publicidade concentram-se em ações direcionadas, sejam elas marketing direto, e-mail marketing, ações de relacionamento ou publicidade online. Ademais, como os serviços prestados pela Companhia consistem, na sua grande maioria, em atividades ligadas à construção, a Companhia prioriza o patrocínio de projetos focados na reconstrução e na valorização do espaço urbano ou que utilizem os equipamentos da Companhia. Seguindo esta linha, desde 2013, a Companhia vem apoiando ações ligadas à arte urbana, como projetos com o grafite e danças de rua, no Rio de Janeiro, São Paulo, Fortaleza, Belo Horizonte, Brasília, Goiânia e Salvador. Em 2015 patrocinou, ainda, o espetáculo “Ópera do Malandro”, que utilizava os equipamentos da Companhia como cenário e teve apresentação em nove das praças onde a Companhia atua, proporcionando relacionamento com clientes que foram convidados para assistir ao espetáculo. Em 2016 apoiamos o Rio H2K, festival internacional de danças urbanas no Rio de Janeiro, onde os equipamentos da Mills foram utilizados no cenário, na sinalização dos espaços e também como apoio aos artistas nas apresentações de dança. No mesmo ano estivemos presentes no Art Rua, evento que apoiamos desde 2013, fornecendo equipamentos para a pintura de grandes painéis, criando um novo espaço para a cultura urbana na capital carioca.